

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INSERÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA CATARINENSE A PARTIR DA
ABERTURA COMERCIAL E ESTABILIDADE ECONÔMICA DO PAÍS.**

JÚLIA VIEIRA RODRIGUES

Florianópolis, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INSERÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA CATARINENSE A PARTIR DA
ABERTURA COMERCIAL E ESTABILIDADE ECONÔMICA DO PAÍS.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Júlia Vieira Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Área de Pesquisa: Economia Internacional

Palavras – Chaves: 1. Globalização

2. Abertura Comercial

3. Comércio Internacional

Florianópolis, Julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 para a aluna Júlia Vieira Rodrigues na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei
Presidente

Prof. Dr. Renato Ramos Campos
Membro

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Membro

RESUMO

O processo da globalização trouxe uma nova forma de comércio e interação entre os países. Com a abertura da economia mundial os países puderam comercializar entre si e aumentar seus conhecimentos. A competitividade entre os países que participam do comércio mundial se elevou. Esta intensificação da competitividade se deve as novas tecnologias nas áreas da informática e das telecomunicações, assim como a liberalização financeira, permitindo maior mobilidade do capital. Sendo assim, na década de 1990, o Brasil abre sua economia a fim de participar da evolução e do desenvolvimento ocorrido em outros países, tanto da nova dinâmica industrial como no âmbito comercial. É dentro deste contexto que as indústrias nacionais irão se reestruturar para enfrentar as novas condições de comércio baseado nas novas tecnologias. Santa Catarina obteve benefícios com a abertura comercial e pode importar equipamentos e máquinas modernos que proporcionassem a reestruturação e modernização das indústrias catarinenses e um salto na balança comercial. Estudos mostraram que as indústrias catarinenses se aprimoraram e modernizaram obtendo destaque como estado exportador dentro do país. A expansão do comércio internacional ocorreu através da diversificada pauta de exportação do estado, assim como na qualidade dos produtos. Desta maneira, o estado catarinense conquistou novos mercados e expandiu o volume das exportações para os principais blocos econômicos. O contínuo crescimento da economia catarinense via aumento das exportações, depende das ações do governo, via política cambial, e da redução da carga tributária que onera as exportações.

Palavras-chaves: globalização, abertura comercial, comércio internacional.

SUMÁRIO

RESUMO	3
SUMÁRIO.....	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	9
1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema e justificativa da pesquisa	10
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo Geral:.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos:	12
1.3 Metodologia.....	12
1.4 Estrutura do trabalho	13
2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	15
2.1 Teoria mercantilista.....	15
2.2 Teorias clássicas do comércio internacional	16
2.3 A teoria do comércio internacional na perspectiva neoclássica	20
2.3.1 O modelo de Heckscher-Ohlin.....	20
2.3.2 O modelo dos fatores específicos.....	22
2.4 Teorias das vantagens competitivas como alternativa às teorias tradicionais	23
3 ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-90: ABERTURA COMERCIAL E ESTABILIDADE ECONÔMICA	29
3.1 Processo da abertura comercial.....	29
3.2 Plano real: estabilidade econômica	31
3.3 Análise da balança comercial brasileira após abertura comercial	34
4 SANTA CATARINA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS PRODUTIVAS.....	44
4.1 Integração e consolidação do capital industrial	46
4.2 Os setores da economia catarinense.....	49

4.2.1 Erva-mate.....	49
4.2.2 O setor Madeireiro:	50
4.2.3 Setor Carbonífero	52
4.2.4 Setor Alimentício e modernização da agricultura catarinense.....	53
4.2.5 Setor têxtil.....	56
4.3 O surgimento dos novos setores	58
4.3.1 Cerâmica	58
4.3.2 Papel e Celulose.	60
4.3.3 Eletro-Metal-Mecânico.....	61
4.3.4 Calçados.....	62
4.3.5 Matérias Plásticas	63
5 COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA.....	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

BADESC	Banco do desenvolvimento econômico de Santa Catarina
BESC	Banco do estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PRODEC	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
SECEX	Secretária de Comércio Exterior

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Balança Comercial: Exportações e Importações brasileiras (US\$ Milhões)	35
Tabela 02: Exportações brasileiras por fator agregado entre 1990-2005. (US\$ milhões) ...	39
Tabela 03: Exportações brasileiras por Blocos Econômicos 1994-2005 (US\$ milhões).....	41
Tabela 04: Exportações catarinenses e brasileiras entre 1994-2005.....	67
Tabela 05: Balança Comercial Catarinense (US\$ mil FOB).....	70
Tabela 06: Principais estados exportadores do Brasil em 2002	71
Tabela 07: Principais estados exportadores do Brasil em 2005	71
Tabela 08: Exportações Catarinenses por capítulos da NCM (principais) em US\$ FOB....	74
Tabela 09: Exportações catarinenses por fator agregado 1995-2005 (US\$ FOB mil).....	75
Tabela 10: Exportações catarinenses por blocos econômicos entre 1995-2005.....	77
Tabela 11: Principais empresas exportadoras de Santa Catarina em 2005	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Balança comercial: exportações e importações (US\$ Milhões)	36
Gráfico 02: Exportações brasileiras por fator agregado (US\$ Milhões).....	40
Gráfico 03: Exportações brasileiras por bloco econômico 1994-2005 em US\$ FOB	43
Gráfico 04: Exportações catarinenses e brasileiras entre 1994-2005	68
Gráfico 05: Principais estados exportadores do Brasil em 2002 / 2005	72
Gráfico 06: Exportações catarinenses por fator agregado de 1995 à 2005	76
Gráfico 07: Exportações catarinenses por blocos econômicos entre 1995 à 2005	79
Gráfico 08: Principais setores de atividade de Santa Catarina	82

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema e justificativa da pesquisa

A globalização promove a integração entre as economias do mundo, sendo que essas relações de interação partiram das esferas financeira, produtiva e tecnológica (inovações nas áreas de informática e de telecomunicações), em alguns dos principais mercados mundiais.

A liberalização financeira e monetária permitiu maior mobilidade do capital, levando a uma forte expansão dos fluxos internacionais de capitais. Desta forma, foram realizados empréstimos aos países em fase de desenvolvimento industrial assim como o investimento de alguns países centrais para as economias emergentes. O chamado investimento direto externo é conduzido por fatores que venham a agregar vantagem produtiva e comercial. Dentre estes fatores destacam-se a localização, a infra-estrutura proporcionada pelo país de destino do investimento, o nível salarial da mão-de-obra, etc.

O novo cenário tecnológico atribuiu uma nova dinâmica à produção industrial e ao comércio internacional. A tecnologia da informação contribuiu para aprimorar os fluxos de informação e comércio. A partir disto, foi possível internacionalizar cada vez mais a produção, podendo se beneficiar geograficamente através do controle acirrado da produção e dos trabalhadores.

Junto com a globalização vem também a intensificação da concorrência comercial internacional. Segundo Gonçalves (1999), o aumento da concorrência entre as economias, principalmente entre as mais desenvolvidas, se intensificou com a globalização financeira. Desta maneira, foi possível internacionalizar a produção, assim como a adoção dos grupos transnacionais, das produções deslocalizadas (atraídas pela mão-de-obra barata, por exemplo), terceirizações e o próprio IED (investimento direto externo).

O Brasil apresentou deficiências em suas políticas econômicas que inviabilizaram o grau de inserção do país no comércio internacional em relação aos países desenvolvidos. “Erros de estratégia e de política econômica a partir de 1995 (governo FHC) aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, portanto colocaram o país em uma trajetória de instabilidade e crise” (GONÇALVES, Reinaldo, 2002, p.161). Para esse autor, a crise

brasileira não ocorre pela globalização, mas pela estratégia passiva de inserção internacional e pelos erros de política do governo.

A economia brasileira sofreu grandes mudanças desde o fim da década de 1980. “A valorização da moeda nacional, por conta do programa de estabilização dos preços lançados em 1994, ampliou os efeitos da abertura e intensificou as pressões por reestruturação em diferentes segmentos da indústria”. (LINS, 2002, p.11).

A intensa participação do capital externo na década de 1990 será uma forma de acelerar o processo de reestruturação industrial no Brasil. Será possível um processo de modernização das indústrias brasileiras através do fornecimento de recursos tecnológicos e organizacionais. Assim como a modernização industrial, há também a ampliação da produção, beneficiando a inserção comercial do setor industrial.

Sendo assim, dentro do novo cenário econômico brasileiro, as condições impostas às indústrias exportadoras foram: a demanda pelos produtos industriais (interna e externa); o nível de investimentos aplicados na indústria para aumento do dinamismo produtivo; o ritmo da inovação tecnológica inserida nas atividades produtivas; os custos associados à carência de infra-estrutura; falha dos mecanismos de financiamento; a taxa de câmbio adotada pelo país (que podem impulsionar ou não as exportações do país).

Toda essa mudança no âmbito do comércio internacional brasileiro se reflete nas economias das unidades da Federação de diferentes formas. Este novo contexto econômico do Brasil, associado à abertura comercial, capital multinacional, privatizações e desnacionalizações também vai afetar as indústrias do estado de Santa Catarina.

As indústrias catarinenses se reestruturaram após a abertura comercial. Houve a necessidade de adaptação das indústrias em relação às novas técnicas e tecnologias adotadas na produção para enfrentar o aumento da competitividade internacional. A atividade industrial catarinense teve grande impulso na década de 1990, com destaque para indústria alimentícia (pelo desenvolvimento das agroindústrias), assim como os setores de vestuário, mecânico e de material elétrico.

O estado vai se inserir neste novo contexto através da produção e comercialização de produtos de grande competitividade.

No estado de Santa Catarina é possível detectar algumas características essenciais que o destacam no cenário econômico exportador: diversificação de produtos com alta qualidade; atualização tecnológica; e modernidade gerencial.

Neste estudo será verificada a forma como o setor externo catarinense reagiu diante do novo cenário Pós-Plano Real, marcado pela abertura comercial, estabilização econômica e desregulamentação dos mercados.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral:

- Analisar a evolução do comércio externo do estado de Santa Catarina a partir de 1995, período marcado pela estabilização econômica do país.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Descrever brevemente o novo cenário econômico da economia brasileira pós Plano Real;
- Elaborar um panorama da economia catarinense após a década de 1990;
- Analisar a evolução da inserção da economia catarinense no mercado internacional, destacando-se os principais setores exportadores e os principais países de destino.

1.3 Metodologia

O estudo será descritivo, pois irá ser analisada a inserção da economia catarinense no comércio externo após a década de ano de 1990, não sendo definida nenhuma hipótese. Serão descritos os acontecimentos e fatores importantes que influenciaram o processo de comércio externo catarinense.

Este estudo apresenta uma característica bibliográfica, porque, segundo GIL (1999), serão coletados e analisados dados que já foram manuseados e disponibilizados pelos meios de

divulgação. A coleta dos dados terá o intuito de apresentar o comportamento das exportações do estado de Santa Catarina, assim como as rotas das mesmas.

A pesquisa realizada será quantitativa, pois irá utilizar dados numéricos para identificação da evolução das exportações. Mas será também qualitativa, uma vez que serão pesquisados os cenários brasileiro e do estado catarinense no novo contexto mundial, a partir da abertura comercial e da estabilidade econômica.

A análise dos dados coletados, assim como a pesquisa em livros, artigos, entre outros meios bibliográficos, será útil para viabilizar o estudo. O propósito é observar como Santa Catarina se inseriu neste novo contexto de abertura comercial, após estabilização da moeda com o Plano Real.

A análise dos dados, da quantidade exportada e dos valores, será fundamental para observar o desempenho do estado durante este período, 1995-2005. A coleta dos dados sobre as exportações catarinenses será realizada pela FIESC e MDIC/SECEX. A pesquisa sobre o cenário brasileiro e catarinense, após Plano Real, assim como para a revisão bibliográfica, será realizada através de livros, monografias, teses, e artigos sobre comércio internacional, economia brasileira e catarinense e obras sobre a economia internacional.

Os dados do comércio exterior sobre Santa Catarina estão disponibilizados no sítio da FIESC entre os períodos de 2003-2005. A análise irá abordar desde 1995. Para obter dados que não estão mais divulgados no sítio da FIESC referentes a todo período deste estudo, foi solicitado à FIESC que fosse realizada uma sistematização das informações especificamente para esta monografia.

1.4 Estrutura do trabalho

O estudo é dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo referente à parte introdutória. O segundo capítulo apresenta as teorias relacionadas ao comércio internacional, assim como uma abordagem atual do novo aspecto da competitividade.

O terceiro capítulo trata da economia brasileira relatando o processo de abertura econômica realizada no início da década de 1990, assim como o Plano real, responsável pela estabilidade da economia brasileira após crises inflacionárias do país nos anos anteriores. Também é destacado neste capítulo a mudança do cenário brasileiro relativo ao comércio

internacional através da análise da balança comercial brasileira após a estabilidade econômica e com os advindos da abertura comercial.

O quarto capítulo faz um breve histórico de Santa Catarina, abordando a ocupação do estado e o desenvolvimento da economia, assim como a reestruturação dos setores devido às novas condições de comércio e abertura comercial brasileira.

No quinto capítulo é feita uma análise do comércio internacional de Santa Catarina desde a década de 1990, tomando-se como referências as exportações catarinenses, assim como os principais produtos exportados e os principais destinos.

No sexto capítulo são apresentadas as principais conclusões deste trabalho.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 Teoria mercantilista

O comércio, desde o início, foi considerado um complemento das relações econômicas entre os povos.

Segundo Gonçalves, Baumann, Prado, Canuto (1998, p.3), “Foi a expansão comercial dos Estados nacionais modernos que criou as condições institucionais para a criação de uma economia mundial e a base econômica para o desenvolvimento do capitalismo industrial”.

O processo da expansão comercial nas regiões e cidades e a conseqüente integração, dando origem a uma nova dinâmica econômica, denominaram o período do mercantilismo. O mercantilismo, como sistema econômico, surge com a idéia de implementação de novas políticas que vão contra a ordem medieval, ao poder da igreja católica da época.

No sistema mercantilista acreditava-se que o acréscimo da riqueza da sociedade estaria atrelado ao desempenho do comércio exterior. Quanto mais produtos fossem comercializados e maior a expansão deste comércio, maior seria a acumulação de riqueza.

A acumulação de riqueza, portanto, era fundamental para o dinamismo da economia neste sistema. Este foco no estoque de riqueza, no caso a moeda, determinava o valor das mercadorias para comercialização.

O estoque de moeda determinaria o valor das mercadorias produzidas domesticamente. O valor de uma mercadoria, expresso em moeda metálica, deveria ser igual em todo o mundo. Este, contudo, era determinado pelo nível de preço do país produtor. Portanto, um país com pequeno estoque de metal precioso venderia seus produtos ao seu nível de preço e compraria um produto do exterior ao nível de preço do outro país. (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO, 1998, p. 8).

Para os mercantilistas, a taxa cambial era direcionada de acordo com o nível de estoque de moeda, ou seja, uma taxa de câmbio favorável era gerada por um estoque positivo de moeda que deixasse a moeda nacional com maior valor nos outros países. Por isto, o aumento do estoque de moeda, para os mercantilistas, era através das exportações. Esta era a mais eficiente política comercial da época.

O capitalismo industrial é fruto do mercantilismo (com a criação do Estado moderno e da monetização da economia). O sistema mercantilista, neste sentido, segundo Gonçalves, Baumann, Prado, Canuto (1998), adotou algumas medidas importantes: restringiu as aduanas e pedágios impostos por nobres feudais, racionalizou os sistemas de pesos e medidas, unificou o regime monetário e a legislação nacional, aumentou a confiabilidade no sistema legal e na liberdade da indústria.

2.2 Teorias clássicas do comércio internacional

Embora concordasse que o superávit comercial era importante, assim como para os mercantilistas, David Hume discordava dos mercantilistas sobre o crescimento da riqueza. Ele acreditava que o superávit comercial era consequência da transferência de metais preciosos dos países deficitários para os que alcançassem o superávit. Esta transferência não se tornaria acumulação de riqueza do país, mas ao acréscimo dos preços dos produtos produzidos no país, fazendo com que as exportações desse país ficassem mais caras, reduzindo a procura destes produtos no exterior.

Assim como o país superavitário tem seus preços elevados e a diminuição da procura pelos seus produtos, no país deficitário ocorre uma diminuição do nível de preços domésticos e um aumento da procura por seus produtos. Neste sentido, a balança comercial tenderia ao equilíbrio, já que o país superavitário irá exportar menos e importar mais e o país deficitário irá exportar mais e importar menos.

A linha de pensamento de Adam Smith, assim como a de David Hume, parte do princípio da acumulação e propagação da riqueza vindas do sistema mercantilista. Para aquele, o comércio está vinculado à divisão do trabalho e torna-se atrativo apenas se o tempo necessário pra produzir pelo menos um produto for inferior àquele do exterior.

Segundo Smith (2001), a extensão do mercado, por sua vez, limita a divisão do trabalho. Quando o mercado dos produtos produzidos domesticamente é ampliado pelo comércio internacional, a divisão do trabalho é aprofundada e contribui para aumentar a riqueza das nações. Smith considera que para obter ganhos com o comércio, os países devem se especializar de acordo com suas vantagens absolutas, ou seja, medindo seus custos de produtividade de acordo com o menor número de horas de trabalho que é necessário. Sendo assim, os países devem se especializar, produzindo aquilo que é mais vantajoso. Devem

exportar produtos em que o processo produtivo é mais eficiente por utilizar menor quantidade de trabalho e importar outros produtos que são produzidos de forma mais eficiente em outros países.

De acordo com Smith (1988, p.67) “As vantagens naturais que um país tem sobre outros na produção de determinadas mercadorias por vezes são tão relevantes que todo mundo reconhece ser inútil pretender concorrer com esses outros países”.

Ainda, para o autor, tanto o excedente produzido internamente a ser exportado, quanto os produtos importados em excesso, devem ser trocados. Portanto, se um país produz uma quantidade superior a sua demanda interna, deve negociar o excesso produzido, devendo trocar por algum produto que não seja vantajoso produzir domesticamente.

Smith demonstra também as vantagens da livre troca, ao observar que a abertura ao exterior conduz a um ganho importante para os dois parceiros da troca (embora podendo não ser equitativo) e, portanto, também para a economia mundial (originando o aumento global da riqueza).

Mas, se bem que o trabalho seja a medida real do valor de troca de todas as mercadorias [...] é difícil precisar a proporção entre duas quantidades diferentes de trabalho. O tempo gasto em duas espécies diferentes de trabalho nem sempre determinará sua proporção. Os diferentes graus de dificuldade suportada, e da engenhosidade exercida, devem semelhantemente ser levados em consideração. Pode haver mais trabalho numa hora de trabalho duro do que em duas horas de negócios fáceis, ou numa hora de aplicação a um ofício que levou dez anos de trabalho para aprender, do que a indústria de um mês num emprego ordinário e óbvio. Mas não é fácil achar nenhuma medida precisa, de dificuldade ou engenhosidade. Ao trocar, com efeito, as diversas produções das diversas naturezas de trabalho umas pelas outras, comumente se fazem algumas concessões mútuas. O ajuste se dá, entretanto, não por uma medida acurada, mas pelo regatear e barganhar do mercado, de acordo com uma espécie de igualdade grosseira que, mesmo inexata, é suficiente para efetivar os negócios da vida cotidiana. (SMITH, 2001, p.19)

A teoria das vantagens comparativas foi formulada por David Ricardo dentro da economia política clássica, destacando também o comércio internacional. Para este autor, a comercialização entre os países ocorre por haver diferenças entre eles. A diferente caracterização dos países irá influenciar nos seus modos e possibilidades de produção.

Ricardo (1982) tentou mostrar que mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente ao produzir todos os bens, continuaria a participar do comércio internacional ao limitar a exportação dos bens que fossem produzidos de forma relativamente mais eficiente. Desta forma, o modelo ricardiano é referido como o modelo das vantagens comparativas.

No modelo ricardiano das vantagens comparativas, o trabalho (a quantidade incorporada do mesmo na produção de um produto), será a base do valor de uma mercadoria. Portanto, para Ricardo (1982, p.44) “Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo”.

O autor leva em consideração o efeito das variações no valor relativo das mercadorias e não no valor absoluto. Desta forma, o autor conclui:

Podemos, pois, concluir justamente que, qualquer que tenha sido a desigualdade original entre eles, qualquer que tenha sido a engenhosidade, a habilidade ou o tempo necessário para adquirir destreza num tipo de trabalho manual mais do que em outro, tal desigualdade se mantém aproximadamente a mesma de uma para outra geração; ou, pelo menos, a variação é muito pequena de um ano para outro, e portanto pode afetar muito pouco, a curto prazo o valor relativo das mercadorias. (RICARDO, 1982, p.48).

Para Ricardo, os países irão produzir aquilo que possa ser feito de forma eficiente e traga vantagens comparativas em relação a outro país. Determinado bem que não possa ser produzido domesticamente por ter um maior custo de produção e não atingir escalas pode ser importado de outro país que o produza com maior eficiência. Assim como importar um bem necessário, é importante exportar o bem em que a produção foi especializada e obteve vantagens comparativas. Há uma troca de eficiências e os dois países saem vitoriosos na comercialização.

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países [...]. (RICARDO, 1982, p.103).

Para Ricardo (1982, p.43) “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por este trabalho”.

O nível de salário no modelo ricardiano é considerado constante. Portanto, o fator principal para analisar o custo de produção de um determinado bem não é o nível de salário, mas a quantidade de trabalho utilizada na produção deste mesmo bem. A partir deste princípio, a vantagem de um país em produzir um produto estará na quantidade de trabalho utilizada na

produção. A distinção da quantidade de trabalho incorporada na produção de um bem entre diferentes países é o que torna vantajoso o comércio entre eles. O bem que um determinado país conseguir produzir com menor incorporação de trabalho, deve ser exportado, por obter vantagens de produção em relação a outro país que não conseguiria produzir com o mesmo nível de trabalho, por exemplo.

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO, 1982, p.104).

O comércio internacional é sempre vantajoso, já que os países possuem estruturas diferentes de produção e podem obter vantagens a partir disto. Para Ricardo (1982), se os países obtivessem estruturas produtivas semelhantes não seria possível a produção de diferentes produtos e intercâmbio dos mesmos.

Alguns autores dissertam sobre o modelo ricardiano das vantagens comparativas entre os países como:

O modelo Ricardiano do comércio internacional [...] ilustra os benefícios potenciais do comércio. [...] o comércio leva à especialização internacional, com cada país deslocando sua mão-de-obra das indústrias nas quais aquela mão-de-obra é relativamente mais eficiente. Como a mão-de-obra é o único fator de produção no modelo e é capaz de mover-se livremente de uma indústria para a outra, não há possibilidade de os indivíduos serem prejudicados pelo comércio. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p. 41).

O modelo ricardiano de comércio internacional implica, portanto, a especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagens comparativas. Quaisquer dois países lucrarão no comércio bilateral, a não ser na circunstância altamente improvável que a estrutura de custos relativos desses países fosse idêntica. O aumento da taxa de lucro da economia não é necessariamente um resultado do comércio exterior. A variação da taxa de lucro ocorre tão-somente no caso de variação dos salários reais. A taxa de lucro do comércio exterior será necessariamente igual à taxa de lucro do resto da economia. (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO, 1998, p.15).

Existem críticas ao modelo ricardiano, feitas por Krugman & Obstfeld, porque ele faz projeções equivocadas. Segundo Krugman & Obstfeld (2001), algumas limitações são

identificas no modelo das vantagens comparativas de David Ricardo como: aplicação de um modelo com apenas dois países e dois produtos; o grau extremo de especialização dos países que não se encontra de acordo com o mundo real; o efeito da distribuição de renda que ocorre no comércio internacional e, portanto, nem sempre os países ganharão por meio do comércio; o fato de não considerar importante as diferenças de recursos entre os países como uma causa do comércio; não destaca o possível papel das economias de escala como uma causa do comércio.

2.3 A teoria do comércio internacional na perspectiva neoclássica

2.3.1 O modelo de Heckscher-Ohlin

A teoria neoclássica do comércio internacional iniciou com os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin. Eles partiram de um modelo de comércio onde a mão-de-obra por si só não é suficiente para se obter vantagens comparativas, mas outros fatores também são responsáveis.

De acordo com Krugman & Obstfeld (2001), no mundo real, as vantagens comparativas não são resultantes apenas de um fator de produção, mas envolvem também os recursos disponíveis de cada país.

Esse modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação (a abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia da produção (que influencia a intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são usados na produção de bens diferentes). (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p.69).

Este modelo evidencia que os bens possuem diferentes exigências de recursos utilizados nas suas produções, assim como os países possuem abundância em fatores diferentes. Deste modo, cada país irá se especializar naquilo que tornará sua produção mais eficiente, ou seja, na produção que exija maior intensidade do recurso que seja abundante no país.

O preço dos bens produzidos será determinado de acordo com a quantidade e custo dos fatores de produção relacionados. “A importância de um preço de fator particular no custo

de produção de um bem depende, entretanto, da quantidade do fator que a produção do bem envolve”. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p.71). Sendo assim, os autores seguem:

Neste modelo, então, assim como no modelo de fatores específicos, mudanças nos preços relativos têm efeitos intensos na distribuição de renda. Uma mudança nos preços dos bens não só modifica a distribuição de renda como também faz com que os proprietários de um fator ganhem enquanto os do outro piorem economicamente. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p.74).

Como visto, a partir da determinação dos preços dos bens produzidos e as ofertas dos fatores a serem empregados, é possível determinar quanto de cada recurso será direcionado na economia à produção de cada bem. A produção dos bens se altera quando os recursos da economia mudam. Quando ocorre um aumento da oferta de um dos fatores de produção, acarretará em ganhos de produtividade para o bem que utiliza mais intensamente deste fator para ser produzido.

Os efeitos do comércio internacional entre economias de dois fatores serão produzidos pela vantagem da abundância de um dos fatores de produção em relação aos países que estarão comercializando. Para Krugman e Obstfeld (2001, p.79) “[...] os países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em abundância”.

O modelo de Heckscher-Ohlin não apresenta uma projeção precisa. Algumas suposições citadas são, na realidade, consideradas falsas para os autores Krugman e Obstfeld:

- Ambos os países produzem ambos os bens: os dois países ao invés de produzirem os dois bens simultaneamente, irão optar pela produção do bem que possui maior abundância do fator de produção utilizado para este bem, obtendo o outro bem em forma de importação. Para Krugman e Obstfeld (2001, p.82) esta afirmação não pode ser considerada verdadeira, já que “Isso implica que a equalização dos preços dos fatores ocorre apenas se os países envolvidos forem suficientemente similares em sua dotação relativa de fatores”.
- As tecnologias são as mesmas: para Krugman e Obstfeld (2001, p.82) “[...] trabalhos recentes sugerem que é essencial levar em conta tais diferenças em tecnologia para conciliar o modelo das proporções dos fatores com os dados reais do comércio mundial”. Um país que obtivesse tecnologia superior ao outro país, poderia obter salários maiores, por exemplo.

- O comércio realmente equaliza os preços dos bens nos dois países: no mundo real, segundo os autores, Krugman e Obstfeld (2001), a convergência dos preços não ocorrem pela presença de barreiras naturais: custos de transporte, assim como barreira comerciais: tarifas, cotas de importação e etc.

2.3.2 O modelo dos fatores específicos

No modelo dos fatores específicos, não apenas a mão-de-obra é relevante, mas também outros fatores de produção. Os fatores de produção serão caracterizados como sendo móvel e específico. A mão-de-obra, já considerada por Ricardo como um fator que se move entre os setores, será considerada um fator móvel. Os demais fatores serão considerados como específicos. Como exemplo de fator móvel tem-se a mão-de-obra que é utilizada em todos os setores. Exemplos de fatores específicos são a terra e capital, pois são considerados fatores que podem ser utilizados na produção de apenas um bem. Um aumento no fator móvel (mão-de-obra) sem aumento proporcional de capital ou terra na produção de um bem, haverá rendimentos decrescentes. Isto ocorre porque haverá um aumento de trabalhadores, mas sem recursos suficientes para que aqueles efetuem o trabalho.

Em relação aos salários, estes devem ser iguais em todos os setores, já que a mão-de-obra é um fator móvel de produção. Segundo Krugman e Obstfeld (2001, p.48) “[...] uma vez que a mão-de-obra é um fator móvel, ela se deslocará do setor de baixos salários para o setor de altos salários até que sejam igualados”.

Num modelo envolvendo dois países em que cada um produz um tipo de bem, se apenas uma mercadoria tem seu preço aumentado, ou mais que proporcional à outra, os salários dos trabalhadores que produzem este bem aumentarão, mas não proporcional ao aumento do preço do bem. Como consequência, a mão-de-obra empregada no setor no qual o preço não foi alterado, irá se deslocar para este que houve aumento de preço e a produção do bem neste setor aumentará.

Neste modelo, pode-se afirmar que o comércio internacional tornará possível que a combinação dos bens consumidos seja diferente da combinação dos bens produzidos. Se um país produzisse um bem sem poder comercializá-lo, então sua produção seria igual ao consumo daquele bem no país. O comércio internacional desloca os preços relativos dos bens.

Se um país não comercializar o bem no qual apresenta maior capacidade produtiva, por maior abundância de recursos, terá o preço do bem que produz num nível menor. Segundo Krugman e Obstfeld (2001, p.58) “[...] as trocas beneficiam o fator que é específico do setor de exportação de cada país, mas prejudicam o fator específico dos setores concorrentes de importação, com efeitos ambíguos sobre os fatores móveis”.

2.4 Teorias das vantagens competitivas como alternativa às teorias tradicionais

O livre comércio é considerado pelas teorias clássicas e neoclássicas como uma viabilidade de crescimento econômico, através de ganhos de produtividade, aos países que dele participam. De acordo com Gonçalves, Baumann, Prado, Canuto (1998, p.68) “[...] através do livre comércio os ganhos de produtividade são transmitidos recíproca e cumulativamente pela economia internacional, beneficiando todos os países que compõem esse mercado mundial”.

O comércio internacional era visto como uma possibilidade de realocar os recursos existentes e ociosos, utilizando-os de forma mais eficiente. Tendo uma nova demanda por algum produto, na qual um país tem a capacidade de produzir que não seja apenas para o consumo doméstico, esse passa a utilizar os recursos que eram ociosos para uma produção exportadora.

O debate moderno do desenvolvimento através do comércio trouxe algumas abordagens importantes que contrariam certos aspectos da economia clássica e neoclássica sobre o comércio entre os países. Houve uma argumentação lançada em 1950 por Hans W. Singer e Raul Prebich, na qual era vista uma tendência estrutural de deterioração dos termos de troca entre os países subdesenvolvidos, considerados exportadores de produtos primários, e os países desenvolvidos, os exportadores de produtos manufaturados. Prebich, componente da Comissão Econômica para a América Latina e Região do Caribe (CEPAL), dissertou a respeito da dependência econômica provocada pela relação de troca entre países, a qual atribuía vantagens aos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, levando a dependência econômica. Na verdade, o que se observou nesta época foi um abismo entre as nações mais ricas com relação as mais pobres, gerando-se uma crescente subordinação.

[...] o comércio internacional não levaria a um fluxo contínuo de países desenvolvendo-se em função dos ganhos do comércio ou pela difusão do progresso técnico dos países mais avançados para os mais atrasados: ao contrário, a integração das economias periféricas em escala mundial levou à modernização sob condições de heterogeneidade estrutural. Ou seja, o progresso técnico concentrava-se nas atividades exportadoras que se modernizavam. Uma vez que havia uma oferta elástica de mão-de-obra das atividades tradicionais e pouca organização sindical, os ganhos de produtividade não acarretavam aumentos salariais, mas redução de preços. Neste sentido, a especialização na exportação de produtos primários levava a uma economia dual: um setor moderno exportador e um setor tradicional de baixa produtividade. [...] nos países centrais, o progresso técnico se difundia por toda a economia e gerava aumento de salários, já que o movimento sindical nesses países era melhor organizado e a homogeneidade da economia não permitia oferta elástica de mão-de-obra a baixo preço. (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO, 1998, p. 70).

Outra tese discutida é sobre o comércio como motor do desenvolvimento, criada em 1959, por Ragnar Nurkse. Sua tese sustenta o argumento de que o comércio foi gerado como resultado de um desenvolvimento econômico endógeno bem sucedido por alguns países. Ele destaca o papel da Grã-Bretanha que, como líder da economia mundial, tornou o comércio, no século XIX, o motor do crescimento econômico.

[...] a economia mundial era liderada pela Grã-Bretanha, que tinha uma alta propensão marginal a importar, gerando como subproduto de seu dinamismo industrial um grande mercado para matérias primas e alimentos, provenientes das economias periféricas na América, na Europa e nas suas colônias. Isto teria permitido o rápido crescimento das economias que produziam alimentos e outros produtos em grande demanda naquele país. (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO, 1998, p. 71).

No século XX, os países com grande potencial de importar produtos dos países periféricos, passam a ter esta tendência de demanda reduzida. Os países em potencial passaram a ter um crescimento substancial da renda e uma conseqüente diminuição na propensão marginal a importar alimentos, conjuntamente com a descoberta da tecnologia que fizera também reduzir a demanda por matérias-primas com a descoberta dos produtos sintéticos.

O comércio internacional, numa análise mais recente, está associado aos padrões tecnológicos adotados pelos países – o progresso técnico. Através das inovações tecnológicas incorporadas a produção ou ao produto, vários países passaram a ter um horizonte de maiores possibilidades de comércio. A dinâmica do comércio foi alterada com a introdução do progresso técnico. Os produtos não seriam mais padronizados. Vários experimentos passaram a ser realizados com diversos insumos no processo de produção, assim como novos padrões de

desenho dos produtos finais. As empresas passaram a definir estratégias de inovações dentro das possibilidades técnicas para obterem vantagens competitivas com seus produtos.

[...] o comércio internacional de produtos manufaturados seria explicado pela dinâmica da inovação nas corporações transnacionais. Essas firmas introduziriam inovações e desenvolveriam novos produtos, inicialmente em seu país de origem, atendendo a demanda doméstica. Com o aumento da produção, a firma inovadora passaria também a exportar, beneficiando-se da economia de escala. Em uma segunda fase, a firma decide investir no exterior, beneficiando-se do seu domínio da tecnologia, e do fato de que não é mais possível manter a quase-renda da inovação apenas com a exportação. Finalmente, com o produto entrando em sua fase de declínio, a firma mantém a produção apenas fora de seu país de origem, onde ainda há mercado para ele, enquanto introduz no mercado doméstico um novo produto. (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO, 1998, p.72)

A inovação tecnológica passou a ser peça fundamental para o desenvolvimento econômico dos países através do comércio. Gonçalves (1998) destaca os Estados Unidos como exemplo de país inovador, de possuidor de tecnologias e modernizações. Os Estados Unidos alcançaram tal modernização por possuírem características e fatores fundamentais e estimulantes como: a maior renda per capita; maior mercado interno; elevado custo de mão-de-obra com baixo custo de capital e matérias-primas.

O comércio internacional passou a ter uma grande importância na questão da transferência de novos bens e novas tecnologias. Cria possibilidades de alguns países poderem criar melhores ou novos produtos como forma de substituir as importações e poderem avançar economicamente em novas áreas, já que ocorre também a transferência tecnológica entre países no comércio mundial. Segundo Gonçalves, Baumann, Prado, Canuto (1998, p.75) “É o comércio que permite a transferência tecnológica e bens de capital para o país seguidor iniciar sua produção e, posteriormente, também transformar-se em exportador de bens e de tecnologia”.

A diferenciação de produtos, como maneira de avançar na competição mundial, é apenas um exemplo. Com a tecnologia, seus avanços, aprimoramentos de máquinas e da ciência tecnológica, houve a possibilidade de se alcançar níveis maiores de competitividade entre muitas empresas que participam do comércio internacional. As empresas tiveram a possibilidade de expandir seus negócios e ampliar suas áreas de comércio e obter destaque no mercado.

As inovações tecnológicas vêm para auxiliar as empresas que atuam no comércio mundial para poderem competir de forma superior aos seus concorrentes. Como estratégia de defesa, como busca constante de adaptação às mudanças competitivas no mercado mundial, as indústrias vêm deslocando-se, ou apenas alguma parte da produção, de seus países de origem para outros. Esta estratégia busca obter vantagens em relação a alguns aspectos importantes no processo produtivo, como o custo da produção, custo da mão-de-obra, melhores condições geográficas, busca de melhores padrões tecnológicos, entre outros.

O processo de globalização proporcionou a integração entre países e aumentou as possibilidades de comércio e produção. As empresas que possuíam uma estrutura produtiva doméstica passaram a obter também estruturas produtivas internacionais, ou parte delas. Por obterem algumas vantagens produtivas a produção passou a ser internacionalizada.

A questão da tecnologia foi imprescindível para reestruturação das organizações. Isto incentivou ainda mais o investimento estrangeiro, que pode ser classificado como: a aquisição de uma empresa existente, a criação de uma companhia nova ou novos investimentos em empresas coligadas. As empresas transnacionais foram se modernizando de acordo com as mudanças tecnológicas, político e econômica. As organizações se reestruturaram, como consequência dos avanços tecnológicos. Os mercados financeiros se integraram, a mobilidade do capital ficou muito mais dinâmica, trazendo interesse às empresas em investir em novas possibilidades que trouxessem dinamismo a produção, eficiência nos negócios e comércio, objetivando maximizarem seus lucros.

Algumas empresas formam alianças corporativas com o intuito de vencer as barreiras competitivas. Para Castells (2006), estas alianças foram fundamentais como consequência do cenário tecnológico recente, com a alta velocidade das inovações, sendo que o acesso muitas vezes torna-se restrito a muitas empresas, principalmente dos países em desenvolvimento.

Foram especialmente relevantes nos setores de alta tecnologia, à medida que os custos de P&D aumentaram muito, e o acesso a informações privilegiadas tornou-se cada vez mais difícil em um setor que a inovação representa a principal arma competitiva. O acesso a mercados e a recursos de capital é frequentemente trocado por tecnologia e conhecimentos industriais; em outros casos, duas ou mais empresas empregam esforços conjuntos para desenvolver um produto ou aperfeiçoar uma nova tecnologia, em geral sob o patrocínio de governos ou órgãos públicos. (CASTELLS, 2006, p.220).

Os avanços nas tecnologias de comunicação, por exemplo, quebraram as barreiras das distâncias entre as empresas e seus diversos negócios, criando as chamadas empresas em rede. As organizações podem obter total controle da gestão empresarial atualmente, independente de localização.

Informações adequadas são cruciais para o desempenho das empresas. E as informações mais importantes sob as novas condições econômicas são aquelas processadas entre as empresas, com base na experiência recebida de cada campo. As informações circulam pelas redes: redes entre empresas, rede dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores. As novas tecnologias de informação são decisivas para que esse modelo flexível e adaptável realmente funcione. (CASTELLS, 2006, p. 222).

Muitas empresas passam a obter vantagens competitivas através de uma nova forma de gerenciamento na nova economia. O controle passa a ser mais apurado, principalmente porque passam a trabalhar *on-line* com as unidades ligadas em rede em tempo real. Na opinião do autor, esta é uma nova forma de gerenciamento, uma rede dinâmica, com estratégias planejadas com base na descentralização, participação e coordenação.

Dentro do novo contexto de competitividade, diante de um novo conceito adotado pela economia mundial atual, Krugman elabora uma crítica em 1994. O autor concentra seus comentários em três modos mais frequentes de usar o termo competitividade inadequadamente.

A primeira forma inadequada é imaginar que os países competem entre si como se fossem corporações transnacionais. Uma empresa com perdas de competitividade pode fechar as portas, desfazendo-se do seu capital e liberando mão-de-obra enquanto um país não. Os países não desaparecem do mercado por perda de competitividade. O crescimento da produtividade em um país geralmente provoca efeitos positivos nos seus parceiros comerciais pela difusão de inovações e o aumento de intercâmbio.

Em segundo lugar vem a forma inadequada de se considerar o superávit comercial como um indicador de competitividade internacional. É equivocado tratar a questão do superávit desta maneira, já que este indicador pode na verdade mostrar uma fragilidade ao invés de uma ascensão.

O terceiro ponto diz respeito aos níveis de competitividade. É engano supor que os níveis de competitividade sejam dependentes de investimentos em indústrias com alto valor

adicionado por trabalhador. Para Krugman, altos níveis de competitividade estão ligados à incorporação de valor adicionado com sofisticação tecnológica.

A crítica de Krugman tem o objetivo de destacar o uso indevido do termo competitividade. Para ele, o termo é uma consequência dos níveis de produtividade, que são alterados através de esforços domésticos. Os níveis de produtividade vigentes na economia, dentro deste argumento, não dependerão do resto do mundo, e sim de esforços internos à economia.

Krugman indica que a competitividade nacional deve se traduzir mais corretamente em ganhos e promoção da produtividade. A competitividade de uma região pode ser definida sinteticamente como o conjunto de vantagens que ela oferece para a eficiência e eficácia de sua base produtiva. Porém, tal conjunto de vantagens não decorre somente de fatores estritamente econômicos que interferem nas condições e custos de investimento (da produção, de transação e na produtividade das empresas), mas também de variáveis que indicam a sustentabilidade dessas condições, incorporando elementos sociais, tecnológicos, ambientais e institucionais.

3 ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-90: ABERTURA COMERCIAL E ESTABILIDADE ECONÔMICA

3.1 Processo da abertura comercial

A década de 1980 foi condicionada pelo surgimento das novas tecnologias, da microeletrônica, informática, automação, busca de novos materiais e etc. Surgia a necessidade de implementar uma política industrial efetiva que adaptasse o país às novas condições da economia mundial, ou seja, que fosse recuperado internamente o atraso tecnológico.

Entre 1964 e 1985 o Brasil deixara de ser um exportador residual de *commodities* para se tornar um competidor em manufaturas. Ora, a venda de produtos industrializados envolve uma complexidade incomparavelmente maior que o comércio de *commodities* padronizadas internacionalmente. (BAUMMAN, 1996, p.96).

O processo de abertura comercial vem como uma solução ao processo de substituição de importações que foi se esgotando na década de 1980.

Em função do quadro de instabilidade, reinante praticamente durante toda a década de 1980, grande parte dos setores da economia brasileira encontrava-se em atraso tecnológico em comparação com os padrões internacionais. Esse atraso se manifestava tanto na obsolescência das máquinas e equipamentos quanto nos métodos administrativo-gerenciais e nas relações capital-trabalho. (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2006, p.208).

No ano de 1988, o Brasil deu início a uma reforma comercial que implicava na eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as importações do país vindo com uma proposta de redução tarifária.

A abertura comercial brasileira intensificou-se a partir de 1990. O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias. (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2006, p.206).

Baseado nas novas condições da economia mundial foi divulgado em 1990, uma nova política industrial para aumentar a eficiência da produção e comercialização de bens e

serviços através da modernização e reestruturação da indústria. Os autores citam as estratégias adotadas pelo governo:

- Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência;
- Reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica;
- Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção;
- Exposição da indústria à competição internacional, visando maior inserção no mercado externo, melhora de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados;
- Capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores.

Entre 1988 e 1993, quando foi realizado amplo processo de liberalização comercial, foi concedida maior transparência à estrutura de proteção, pois foram eliminadas as principais barreiras não-tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Entre 1990 até 1995, a tarifa média de importação passou de 40% para 13%.

O objetivo do processo de abertura comercial é inserir o país no cenário do comércio internacional. Os instrumentos utilizados passam pela formação de acordos regionais, redução tarifária e pela desregulamentação das operações de comércio internacional. O resultado imediato dessas medidas é o crescimento no volume das importações e, conseqüentemente, o aumento da concorrência para as indústrias nacionais que se vêem obrigadas a adaptar-se ao mercado. A nova conjuntura econômica com a liberalização e abertura comercial implicou em uma forte necessidade de ajuste das empresas para se adaptarem a nova situação do país.

A abertura provocou profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia [...]. A abertura brasileira se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2006, p.208).

A abertura financeira permitiu que se triplicasse nos anos de 1990 o ingresso líquido de capital estrangeiro no país. Isto foi possível pelas mudanças ocorridas nesta década: as mudanças na constituição de 1988 que passaram a permitir a presença de capital estrangeiro em setores como o de infra-estrutura e o bancário; a aceleração do programa de privatização e a própria estabilidade macroeconômica, que passou a sinalizar a importância do mercado brasileiro na estratégia de investimento das grandes corporações transnacionais.

3.2 Plano real: estabilidade econômica

No início da década de 1990, houve a intensificação do processo de abertura comercial do país, das privatizações, renegociação da dívida externa e desregulamentação do mercado. Uma nova tentativa de eliminar a inflação foi o grande desafio naquele momento.

Assim, a experiência brasileira corrobora a visão de que os desafios são enormes, já que várias mudanças ocorreram simultaneamente: alteração do perfil do mercado consumidor, reestruturação produtiva com aumento do coeficiente de importação, privatização, entrada de novos concorrentes por meio de investimentos diretos em novos empreendimentos e/ou fusões e aquisições. Os impactos dessas grandes transformações não se restringem ao aspecto macroeconômico, em que a vulnerabilidade das contas externas e a incapacidade financeira do Estado fragilizam o arcabouço da política econômica. Também no âmbito microeconômico observaram-se grandes mudanças, sobretudo no ambiente empresarial, que teve de se adaptar a uma nova realidade. (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2006, p.238).

O Plano Real foi o plano econômico implementado em 1993, como tentativa de estabilizar a economia. A abertura comercial e financeira ao exterior, iniciada no fim da década de 1980, já se encontrava suficientemente avançada no ano de 1994. Este avanço possibilitou a utilização da âncora cambial para disciplinar os preços dos produtos transacionáveis, assim como a utilização do ingresso de capital estrangeiro para financiar o déficit público – substituindo o pagamento com o imposto inflacionário. Foram estas inovações que possibilitaram uma grande diminuição da inflação.

Após a introdução do Plano Real, a sobrevalorização cambial, aliada à abertura da economia, incentivou sobremaneira o aumento das importações. As importações que representavam US\$ 25,8 bilhões em 1993, cresceram para US\$ 33,2 bilhões em 1994, US\$ 50 bilhões em 1995, US\$ 53,3 bilhões em 1996 e US\$ 61,5 bilhões em 1997, um aumento de 143%, em apenas quatro anos.

A estratégia do governo para o ano de 1995, constituiu na adoção de uma política cambial em que a taxa de câmbio permaneceria apreciada, com o objetivo de aumentar a propensão da economia a importar. Isto ajudaria a corrigir os preços relativos e aumentar a competitividade da indústria, forçando-a a buscar novos padrões de desenvolvimento tecnológico e produtividade.

[...] a abertura comercial associada a um câmbio favorável às importações daria um choque de competitividade na estrutura industrial brasileira capaz de reverter a médio prazo as ineficiências herdadas do regime de substituição de importações: traria ganhos de eficiência alocativa; reduziria custos de produção e preços finais; modernizaria plantas pela redução do custo dos equipamentos importados; ajustaria o mix de produtos das firmas; diminuiria o grau de verticalização produtiva, especializando as empresas segundo suas vantagens competitivas; e aumentaria o volume das exportações, o que compensaria o impacto negativo inicial do aumento das importações sobre o balanço comercial, gerando por fim uma trajetória de crescimento sustentável. (MIRANDA, 2001, 126p.).

O Plano Real mostrou-se bem sucedido em relação à ameaça da inflação. Segundo (Giambiagi, Villela, Castro, Hermann, 2005, p.168), “Não era essa, porém a visão existente no começo de 1995, quando a possibilidade de que, após alguns meses de bonança, a inflação voltasse com força e a indexação se reinstalasse na economia era uma ameaça concreta”. Devido a estas ameaças inflacionárias, o governo adotou algumas medidas: elevou substancialmente as taxas básicas de juros e impôs restrições ao crédito, administrando um esquema de minidesvalorizações. O governo também elevou tarifas de importação de automóveis e eletrodomésticos para conter a demanda de importação. A partir destas medidas foi possível administrar a restrição externa, reduzir a demanda interna, porém poucos avanços foram feitos em direção ao equilíbrio das contas públicas, passando este a ser o elemento principal da inconsistência intertemporal do Plano Real.

As tendências que levavam aos iniciais problemas no Plano real eram baseadas em alguns fatores como: o déficit do setor público; apreciação da taxa de câmbio; expansão do crédito para o setor privado. A forte apreciação cambial nos primeiros meses do Plano Real teria impacto a seguir nas crises que estariam por vir. Houve uma piora da conta corrente relacionada à Balança Comercial e no financiamento do déficit em conta corrente. Os desequilíbrios em conta corrente eram financiados com maior endividamento externo e através de investimento direto externo o que resultava em pagamentos crescentes de juros o que fazia gerar uma despesa financeira significativa.

A partir da segunda metade de 1995 houve uma diminuição das reservas internacionais observadas na conta de capitais. Antes deste período o financiamento era feito através de capital estrangeiro de curto prazo que eram atraídos pelo diferencial das taxas de juros adotadas no país. Já em 1996 o financiamento passa a ser realizado numa maior parte com capital externo de longo prazo, tanto em investimentos diretos como empréstimos.

A política econômica baseada na combinação de déficits em conta corrente e de taxas de juros reais elevadas poderia ser sustentada enquanto houvesse espaço para ampliação do endividamento, tanto externo como público. Entretanto, com o passar do tempo – e diante das crises que sacudiram os mercados internacionais no primeiro governo FHC – esse espaço foi progressivamente se fechando e praticamente deixou de existir no decorrer do segundo semestre de 1998, quando o resto do mundo deixou de financiar o Brasil e a rolagem da dívida interna passou a ser feita a taxas de juros proibitivas. (GIAMBIAGI, VILLELA, CASTRO, HERMANN, 2005, p.176).

O Brasil passa a ter dificuldades de financiamentos externos em decorrência de três crises importantes que ocorreram entre os anos de 1994 e 1998. Dentre as crises, a mexicana, em 1994, afetou fortemente os mercados emergentes; a dos países da Ásia, em 1997, sendo a terceira na Rússia em 1998. De acordo com Mercadante (1998), as crises tornaram estes mercados altamente especulativos pelas intensas flutuações na moeda de referência central no mercado internacional – o dólar. Ainda, segundo (Mercadante, 1998, p.102), “[...] foi um aumento do risco sobretudo das moedas sobrevalorizadas em relação ao dólar, que se expressa na impotência dos bancos centrais de controlarem as investidas especulativas sobre as respectivas moedas nacionais”.

A brusca reversão dos fluxos de capitais externos fez repensar a estratégia inicial de estabilização do Plano Real, já que a rápida diminuição das reservas internacionais poderia sinalizar para os agentes econômicos a eminência de uma mudança da regra cambial necessária para evitar o colapso das contas externas.

Com a impossibilidade de atrair investimentos externos pela crise internacional, o governo muda o regime cambial. Em 1999, as autoridades não conseguem controlar o ataque especulativo à moeda brasileira e são obrigadas a mudar o regime cambial em direção a taxas flutuantes. Logo, termina a “âncora cambial” e o país passa a contar com a consistência da política fiscal e monetária para garantir uma inflação reduzida e controlar a questão externa.

A partir de 1999 ocorrem algumas mudanças a fim de alterar a trajetória da economia e recuperar a capacidade de financiamento externo e do governo: modificação do regime

cambial; programa de metas inflacionárias; programa de ajuste fiscal. Houve desvalorização cambial o que gerou uma contração da demanda, diminuindo a chance de repasse do câmbio aos preços; uma política monetária rígida, com uma taxa de juros elevada.

3.3 Análise da balança comercial brasileira após abertura comercial

A segunda metade da década de 1990 foi marcada pela expansão das importações, com influências diretas sobre a balança comercial. Dentre os fatores responsáveis por este aumento devem ser destacados a liberalização comercial junto à estabilização da economia após o Plano Real; o processo de integração do Mercosul; o aprofundamento do programa de privatização; retomada dos investimentos e a crise asiática.

De acordo com (Mercadante, 1998, p.150), “A balança comercial sofreu um “desajuste estrutural”, o mercado aprendeu a importar, linhas inteiras de produção e produtos foram desativadas e substituídas pelos importados, e o coeficiente de abertura tornou-se muito maior”.

Entre os anos iniciais da abertura comercial até Plano Real, a balança comercial brasileira encontrava-se superavitária. A partir do ano de 1995 a balança comercial passa a registrar constantes déficits comerciais. Houve déficit de US\$ 3,5 bilhões na balança comercial em 1995, US\$ 5,6 bilhões em 1996, um crescimento de apenas 2,7% das exportações e 6,8% das importações.

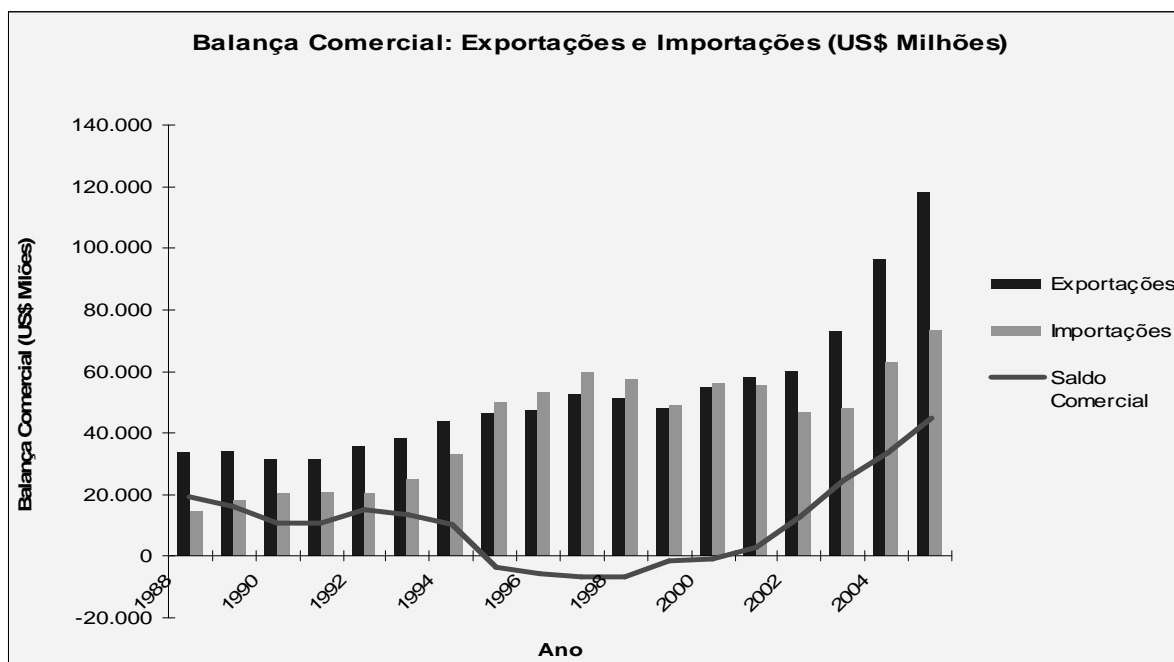
Os déficits registrados a partir do ano de 1994 estão associados à gestão de política macroeconômica interna, com uma taxa de câmbio apreciada e controlada que foi utilizada a partir de 1994 como âncora do controle inflacionário, gerando as condições para a aceleração das importações.

Tabela 01: Balança Comercial: Exportações e Importações brasileiras (US\$ Milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.040	10.580
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.747	-6.753
1998	51.140	57.763	-6.623
1999	48.011	49.295	-1.284
2000	55.086	55.839	-753
2001	58.224	55.572	2.652
2002	60.361	47.240	13.121
2003	73.084	48.289	24.795
2004	96.476	62.806	33.670
2005	118.308	73.599	44.709

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC/Secex

A partir dos valores da balança comercial brasileira, segue o gráfico 1 mostrando a evolução da mesma:

Gráfico 01: Balança comercial: exportações e importações (US\$ Milhões)

Fonte: elaboração própria com base nos dados do MDIC/Secex

Entre 1988 e 1997, as exportações brasileiras passaram de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 53 bilhões, um aumento de 57%, com crescimento médio anual de 4,6%. No mesmo período, as importações quadruplicaram, crescendo em média 15,4% a.a. e atingindo US\$ 61,3 bilhões. Essa assimetria nos ritmos de crescimento levou a uma inversão no sinal do saldo da balança comercial: o superávit de US\$ 19,2 bilhões em 1988 transformou-se no déficit de US\$ 8,4 bilhões em 1997. Em 1998, as exportações caíram 3,5% em razão da crise internacional impulsionada pela crise asiática e pelo menor crescimento do comércio mundial que deixaram a economia brasileira mais vulnerável. Como as importações caíram 6,2%, o déficit comercial ficou em US\$ 6,4 bilhões.

A partir de 1999, deixa de existir a questão da sobrevalorização cambial, na medida em que se permite que a taxa de câmbio flutue. A taxa de câmbio se estabilizou em um nível sensivelmente mais depreciado em relação à taxa no regime controlado, permitindo uma acomodação do crescimento das importações. A partir de 1999 a balança comercial passa a ter um relativo equilíbrio. A desvalorização cambial fez alavancar as exportações, deixando de existir os persistentes déficits.

O resultado ainda desfavorável da balança comercial decorre da vulnerabilidade das exportações brasileiras diante das crises do mercado internacional e da rigidez da pauta de importações, influenciada pela liberalização comercial, pela modernização industrial e pela limitada oferta interna de petróleo.

O ano de 2000, apesar de direcionar-se ao equilíbrio, ainda apresenta um déficit na balança comercial. O crescimento das importações e a desaceleração das exportações explicam a elevação do déficit. Segundo o IPEA nas importações, os bens de consumo passam a apresentar taxas positivas em relação ao ano de 1999, enquanto que nas exportações há perda de dinamismo nas vendas externas de produtos manufaturados, parcialmente compensada por uma retomada das exportações de produtos básicos e semimanufaturados. A crise da Argentina, o segundo maior comprador de produtos brasileiros, impediu também um melhor desempenho das exportações, afetando a balança comercial.

A balança comercial no ano de 2002 apresenta resultados positivos, apresentando um superávit de 13,1 milhões em comparação ao superávit de 2,6 milhões em 2001. O motivo da recuperação esta atrelada a desvalorização cambial; retração, em parte, do mercado doméstico; a forte recuperação Argentina; alta demanda chinesa; alta dos preços das *commodities*.

O efeito da apreciação da moeda brasileira sobre a balança comercial foi também em parte atenuado pela alta do preço das exportações, pela recuperação da demanda em mercados anteriormente deprimidos (caso da Argentina) e pela maior penetração em novos mercados (por exemplo, China). [...] Após o aumento do superávit da balança comercial em 2003, devido ao incremento de 21% das exportações, o valor do saldo continuou aumentando em 2004. (GIAMBIAGI, VILLELA, CASTRO, HERMANN, 2005, p.215).

A balança comercial registra um superávit de 24,795 bilhões em 2003 e 33,670 bilhões em 2004 continuando um crescimento do superávit em 2005 com 44,709 bilhões. Entre os vários fatores que proporcionaram esse crescimento destacam-se as vendas para a Argentina e China, já citados, responsáveis em 17,4% e 15,8% do aumento observado em 2003 nas exportações brasileiras. Em 2004, indicando aumento da diversificação do mercado dos produtos exportáveis, a participação desses países na elevação das exportações brasileiras foi de apenas 12% e 3,9%, respectivamente.

O ano de 2005 demonstrou avanços do comércio exterior brasileiro. Em 2005, as exportações brasileiras atingiram o valor recorde de US\$ 118,3 bilhões, representando um acréscimo de 22,6% em relação ao ano anterior. As importações brasileiras também seguem

ritmo sustentável de crescimento, contabilizando US\$ 73,5 bilhões, em 2005, contra US\$ 62,8 bilhões anotados no ano anterior, o que representou ampliação de 17,1%. Convém destacar o perfil das importações brasileiras, sendo que 72,2% do total importado refere-se a bens intermediários e bens de capital, ou seja, itens atrelados à atividade produtiva. Esses dados revelam a estratégia das empresas brasileiras em manter um ritmo de investimento de modo a suprir simultaneamente o contínuo crescimento da demanda externa e interna.

O saldo comercial fechou 2005 com superávit de US\$ 44,8 bilhões, valor 33% superior ao contabilizado em 2004, quando atingiu US\$ 33,7 bilhões. Portanto, pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento do saldo comercial ocorreu em um cenário de expansão das importações.

Em relação aos surpreendentes resultados que o Brasil vem acumulando no comércio exterior, não se pode perder de vista que a participação do país nos intercâmbios internacionais é ainda pouco expressiva. Mantém-se evidente a necessidade de esforços constantes e vigorosos com vistas à maior inserção brasileira na economia global. O crescimento notável do comércio exterior brasileiro nos últimos anos é sinal de que se avança neste sentido.

O que está ocorrendo nos anos recentes é uma recuperação parcial de uma participação relativa que já tivemos no passado. [...] Para consolidar essa estratégia é imprescindível que as exportações brasileiras continuem a crescer sustentadamente, acima do crescimento econômico doméstico e das importações. (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2006, p.238).

Os autores seguem citando estratégias que devem ser adotadas para o crescimento das exportações brasileiras:

- Implementar uma política cambial, o que significa uma taxa de câmbio mais competitiva e menos volátil;
- Criar novas competências em produtos e serviços de alto valor agregado e solidificar as vantagens competitivas nos setores tradicionais;
- Gerar e divulgar as marcas brasileiras e abrir canais de distribuição de produtos no exterior;
- Negociar acesso aos mercados externos, ampliando a participação em grandes mercados e ingresso em novos;

- Ampliar os canais de negociação e influenciar as estratégias das empresas transnacionais, inclusive aquelas de origem brasileira, que são responsáveis por cerca de 60% do total das nossas exportações.

Tabela 02: Exportações brasileiras por fator agregado entre 1990-2005. (US\$ milhões)

Ano	Básicos	Industrializados	Semimanufaturados	Manufaturados	Operações especiais	Total
1990	8.746	22.119	5.108	17.011	549	31.414
1991	8.737	22.448	4.691	17.757	435	31.620
1992	8.830	26.504	5.750	20.754	459	35.793
1993	9.366	28.882	5.445	23.437	307	38.555
1994	11.058	31.852	6.893	24.959	635	43.545
1995	10.969	34.711	9.146	25.565	826	46.506
1996	11.900	35.026	8.613	26.413	821	47.747
1997	14.474	37.672	8.478	29.194	848	52.994
1998	12.977	37.507	8.120	29.387	656	51.140
1999	11.828	35.311	7.982	27.329	872	48.011
2000	12.561	41.027	8.499	32.528	1.498	55.086
2001	15.342	41.144	8.243	32.901	1.737	58.223
2002	16.951	41.965	8.966	32.999	1.445	60.361
2003	21.179	50.596	10.943	39.653	1.309	73.083
2004	28.520	66.373	13.430	52.943	1.585	96.478
2005	34.721	81.105	15.961	65.144	2.482	118.308
2006	40.273	94.216	19.520	74.751	2.982	137.526

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC/Secex

O gráfico 2 adiante ilustra a evolução das exportações brasileiras por fator agregado:

Gráfico 02: Exportações brasileiras por fator agregado (US\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC/Secex.

Observa-se na evolução das exportações brasileiras, por fator agregado, que os produtos básicos e industrializados tiveram uma trajetória de crescimento até 1997. Entre os anos de 1990 e 1997, houve um crescimento de 65,5% e 70,32% respectivamente. Os produtos semifaturados obtiveram crescimento de 79% entre os anos de 1990 até 1995, e os manufaturados um crescimento de 72,8% entre os anos de 1990 até 1998. A partir de 1996 verifica-se que os produtos básicos, depois de aumentarem sua participação no total das exportações em 1997, começam a apresentar queda e fecham o ano de 2000 com uma queda de 13,22% e recupera-se no ano seguinte duplicando o crescimento em 2006, em relação ao ano de 2000. Os produtos industrializados apresentaram uma queda entre 1998 a 1999 de 6%, em 2000 retomaram o crescimento e entre este ano até 2006 cresceram 130%. Os produtos semifaturados mantiveram pouco crescimento até 2003, com oscilações de queda. A partir de

2002 houve um crescimento de 118%. Apesar de uma pequena queda entre os anos de 1998 e 1999, os produtos manufaturados cresceram 174% desde 1999.

Tabela 03: Exportações brasileiras por Blocos Econômicos 1994-2005 (US\$ milhões)

Bloco Econômico	US\$ FOB			
	1994	1998	2003	2005
Nafta	10.366.746.797	11.293.214.849	20.411.205.782	28.830.588.665
União Européia	12.201.809.130	14.747.979.167	18.102.064.634	27.039.479.914
Mercosul	5.921.475.981	8.878.233.843	5.671.852.729	11.746.011.414
Tigres				
Asiáticos	7.047.424.267	5.615.739.480	11.676.285.858	18.565.977.366

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Aliceweb.

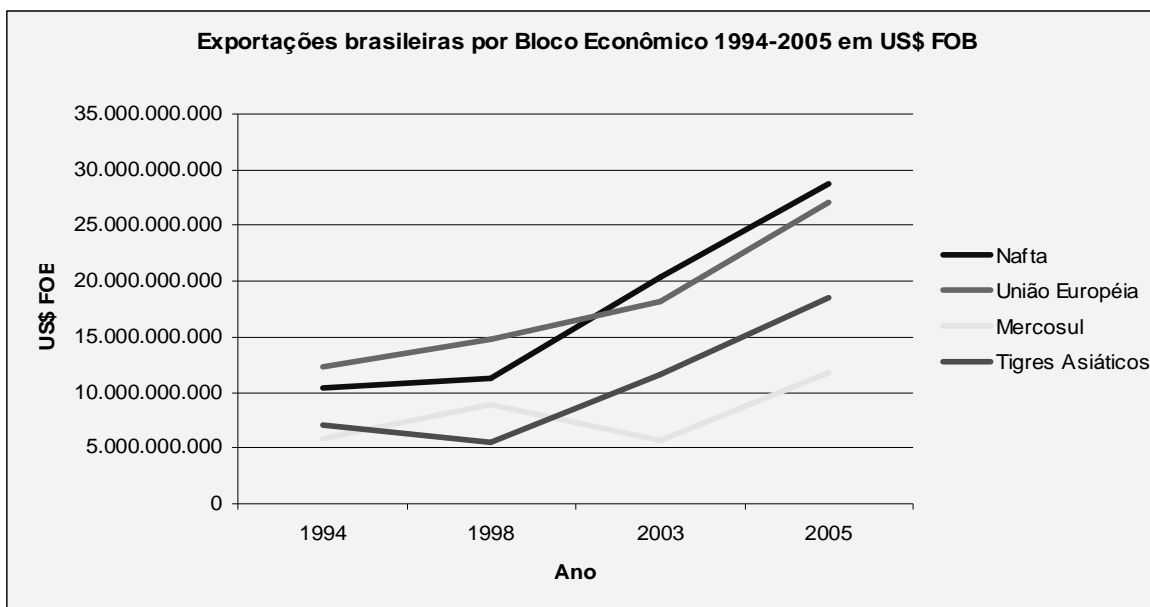
A pauta de exportação brasileira se mostra mais diversificada e mais abrangente (de minério de ferro a aviões comerciais), e com maior valor agregado (produtos finais, mesmo que da agroindústria). Apesar de ainda registrarmos uma modesta participação no mercado mundial (cerca de 1,2% das exportações mundiais), o Brasil dispõe de uma abrangente pauta exportadora, que vai desde recursos naturais com baixíssima agregação de valor (como sal marinho, minérios e madeira em tora), até produtos sofisticados de alta tecnologia, como aeronaves comerciais da Embraer ou softwares de tecnologia bancária, que estão entre os melhores do mundo. O mesmo pode-se dizer da estrutura de destinos de nossas exportações, bastante equilibrada em termos de distribuição relativa, com destaque para os EUA (21%), União Européia (25%), América Latina, incluindo o Mercosul (26%) e outros blocos regionais (China, Japão, Leste Europeu, Rússia, Países Asiáticos, Oceania, África e Oriente Médio) com restante das exportações brasileiras (28%).

Nos últimos anos da década de 1990, as vendas do Brasil para a União Européia perderam força em razão da queda dos preços internacionais das *commodities* e da valorização real da moeda brasileira com relação às moedas européias. Por sua vez, as exportações brasileiras para os Estados Unidos acentuaram a tendência de crescimento alcançando, em valor, as vendas para a União Européia em 2002. No caso das exportações de manufaturados, Estados Unidos e União Européia responderam por parcelas semelhantes das vendas na primeira metade da década de 1990. No entanto, os diferentes desempenhos das exportações brasileiras nos dois mercados fizeram com que, em 2003, a participação norte-americana

subisse para 34% e a da União Européia caísse para 18%. Nota-se que neste mesmo ano, com a crise na Argentina, a participação do Mercosul caiu para 7%.

De acordo com análise do BNDES em 1990, quase dois terços das exportações brasileiras destinavam-se a esses três mercados: Estados Unidos, os países hoje integrantes da União Européia e Japão. No começo da década de 90, com o processo de abertura comercial e a consolidação do Mercosul, as exportações do Brasil experimentaram um forte impulso de diversificação de destino. Uma característica importante, desde então, foi a perda da importância relativa dos países desenvolvidos. Em 2006, EUA, União Européia e Japão responderam por 42% da pauta frente a 64,2% registrado em 1990. Do espaço deixado pelos países desenvolvidos, a metade foi ocupada por economias latino-americanas. A participação da região aumentou de 10,4% para 22,8% entre 1990 e 2006. Esse resultado foi alcançado a despeito do retrocesso da posição do Mercosul verificada entre 1996 e 2002, por conta da crise econômica atravessada pelos vizinhos do Brasil. A outra grande área de expansão das exportações brasileiras foi o mercado chinês. A China elevou sua participação na pauta de 1,2% em 1990 para 6,1% em 2006. O restante do espaço deixado pelos países desenvolvidos foi ocupado por países da África e do Oriente Médio.

O gráfico 3 a seguir apresenta o desempenho das exportações brasileiras para os principais blocos econômicos:

Gráfico 03: Exportações brasileiras por bloco econômico 1994-2005 em US\$ FOB

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Aliceweb

4 SANTA CATARINA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS PRODUTIVAS

O estado de Santa Catarina foi ocupado de forma mais dispersa com a chegada dos novos imigrantes financiada pelo governo imperial. Os imigrantes que não eram ocupados nas lavouras de café do estado de São Paulo eram deslocados ao sul do país. Assim começam a se formar colônias, com atividades voltadas à agricultura num sistema de pequenas propriedades.

Antes desta nova ocupação, haviam sido fundados os municípios de: Laguna (1682); Tubarão (1836); Araranguá (1848); Jaguaruna (1867); entre outras pequenas localidades. Os municípios e pequenas localidades fundadas no litoral foram colonizados por açorianos que desenvolviam as atividades de pesca, artesanatos e agricultura de subsistência.

A atividade econômica de Santa Catarina era praticamente limitada ao litoral. A região do Planalto Serrano ganha destaque econômico a partir de 1771. A cidade de Lages era situada no trajeto de passagem do gado do Rio Grande do Sul a São Paulo. Posteriormente, Lages passou a desenvolver a pecuária, impulsionando o progresso no estado.

Ocorre uma ampliação do processo de imigração, no final do século XIX, para as regiões do Vale do Itajaí, com a formação de Blumenau e Brusque; região Norte, formação de Joinville e Jaraguá do Sul; região Sul, destacando a formação de Criciúma, Urussanga e Tubarão.

No ano de 1880, o estado tem uma mudança no padrão de crescimento, pois é possível identificar elementos da sua formação econômica como: desenvolvimento de um mercado interno pelas colônias e o nascimento da indústria têxtil. Segundo Goularti (2007), o ano de 1880 é um ano de ponto de partida para a periodização de Santa Catarina por três movimentos ocorridos: imigração e atividades carboníferas no sul; fundação da Colônia Militar de Chapecó e a exploração da madeira e da erva-mate; o aumento do fluxo de imigrantes para o Norte e Vale do Itajaí.

A partir desse período, verificou-se o início da transformação da base econômica estadual, com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentar, têxtil, de erva-mate e de madeira. Essa transformação figurou na base do salto para a industrialização testemunhada no século seguinte. Em função disso, o sistema econômico catarinense deixou de ter sua base voltada exclusivamente para a subsistência local e passou a também participar da dinâmica do país, através do fornecimento de excedentes, em sua maioria de origem agropecuária. Nesse processo, Santa Catarina adquiriu feições de economia complementar ao complexo cafeeiro e às atividades industriais que surgiram nas primeiras décadas do século XX no eixo Rio-São Paulo. (LINS, MATTEI, 2001, p.3)

Para fixar os imigrantes e desenvolver o mercado local, integrando-o ao mercado nacional, houve fatores importantes que auxiliaram neste processo: a construção de estradas, ferrovias e portos. Este investimento em infra-estrutura dinamizou a relação das cidades de Santa Catarina a outros estados dos países. As estradas foram construídas e interligaram as principais cidades-pólo como: Blumenau a Itajaí a Joinville; Joinville a Curitiba (pela cultura da erva-mate); São Paulo ao Rio Grande do Sul, com a estrada no Planalto Norte (produção pecuária); e a estrada no sul do estado – Tereza Cristina. Esta última foi criada para escoar o carvão produzido no sul até o porto de Imbituba. Foi também construída a estrada Dona Francisca, ligando São Bento do Sul a Joinville, com o intuito de escoar a produção de erva-mate do Planalto de Santa Catarina ao Sudeste do Paraná.

Foi possível criar uma base produtiva diversificada no estado pela lentidão da acumulação, baseadas nas pequenas atividades mercantis e manufatureiras (o artesanato e a pequena indústria).

O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade de cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália. (GOULARTI, 2007, p.76)

Os setores predominantes da economia catarinense passam a se consolidar no início do século XX: têxtil, madeireiro e alimentar. De acordo com Goularti (2007), o estado teve um grande aumento das produções dos principais produtos e um aumento das exportações em seis vezes entre os anos de 1910 a 1920. Em 1920 a indústria alimentar sofre uma queda em função do aumento da participação de outros produtos, como o caso do Oeste do estado, que passa a produzir alimentos derivados de suínos para o mercado nacional.

O aumento das exportações foi devido alguns fatores:

[...] a) a expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana em São Paulo; b) o processo de diversificação econômica ocorrido nos anos de 1920 em São Paulo e Rio de Janeiro; c) a expansão urbana na capital federal; d) a construção de ferrovias integrando a região Sul à Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos; e) e a proximidade com duas praças importantes em nível regional: Curitiba e Porto Alegre. A oferta de mão-de-obra sempre foi relativamente elástica em Santa Catarina, não chegando ao ponto de estrangular por completo a produção das principais mercadorias exportadas. (GOULARTI, 2007, p.82)

A indústria originária do estado se baseia nos segmentos: extrativo: (erva-mate, madeira e carvão); alimentício (farinha, açúcar e derivados de suínos); segmento têxtil; e a pecuária extensiva nos Campos de Lages.

Em Santa Catarina, o período da diversificação e ampliação do capital industrial ocorre mais tarde, no final do ano de 1940, pois o estado tinha lenta acumulação, com exceção do setor têxtil, assim como havia falta de aporte financeiro. Neste período ocorre a industrialização da agricultura, partindo do complexo agrocomercial para o agroindustrial. Setores já existentes ampliaram significativamente a capacidade produtiva como foi o caso dos setores carbonífero, madeireiro e têxtil.

A partir de 1945, ocorreram na economia do estado uma vasta diversificação e ampliação da base produtiva. Novos setores são incorporados à economia estadual, como papel, papelão, pasta mecânica, metal mecânico, cerâmica, materiais elétricos e algumas indústrias ligadas ao setor de transporte. Destes setores, os mais dinâmicos (metal mecânico, papel e pasta mecânica), vão partir de pequenas produções para o mercado interno para uma expansão e consolidação com a implantação da indústria pesada no país, principalmente no seu processo de aceleração. O estado de Santa Catarina vai se integrando cada vez mais ao mercado nacional via exportação de produtos básicos.

Surgem em Santa Catarina novos setores a partir da diversificação dos mesmos. Do setor alimentício surge a agroindústria, do madeireiro vem o papel, pasta mecânica, papelão entre outros.

4.1 Integração e consolidação do capital industrial

Até 1940 o padrão de crescimento e acumulação da indústria catarinense era baseado na pequena propriedade. Foi a partir deste período que a indústria catarinense passou a ampliar

e diversificar a base produtiva gerando novos setores dinâmicos. Entretanto, no início deste período houve uma inconsistência na questão da infra-estrutura social básica. Desta maneira tornou-se fundamental a intervenção do estado a fim de prover a infra-estrutura e recursos necessários para o desenvolvimento industrial.

A economia brasileira sofre mudança no padrão de acumulação devido à industrialização. Ocorre a implantação da indústria pesada em 1955, e segundo Goularti (2007, p.133) “[...] a dinâmica de acumulação e retroalimentação dos ciclos de crescimento passam a ser ditados endogenamente. Essa mudança de padrão foi mais consistente nas regiões onde as forças produtivas estavam mais liberadas e avançadas”.

Em 1962, houve uma mudança no padrão de crescimento como consequência do novo sistema de crédito, os investimentos em energia e transporte e a consolidação do setor eletro-metal-mecânico no estado. Até os setores mais tradicionais da economia catarinense apresentam empresas, atualmente, líderes no mercado nacional. Isto se deve as firmas que se consolidaram e incorporaram novas marcas.

A mudança do padrão de crescimento de Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação nacionalmente, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional. Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deu-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação socioespacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado. (GOULARTI, 2007, p.186)

A participação estatal torna-se definitiva para promover os recursos e infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria catarinense, já que o setor privado era incapaz de promover investimentos que demandava recursos vultosos. Entre os anos de 1950 e 1970 ocorreu o processo de incentivo a indústria pela substituição das importações. Desta maneira, a economia catarinense passou a gerar crescimento interno com suas bases materiais.

Dentro dos planos da política de desenvolvimento promovidos pelo governo, destaca-se a criação da CELESC e do sistema ELETROSUL para controle do potencial energético do estado. Como forma de garantir financiamento para o desenvolvimento do estado, é inaugurada uma nova fase do sistema de crédito sendo criados o BDE e BRDE, FUNDESC, PROCAPE e o PRODEC, BADESC com o intuito de incentivar a indústria e

agroindústria catarinense. O BDE é criado em 1962, assim como o BRDE e transformando-se em BESC em 1969.

Fazendo uma análise de todos os recursos liberados pelo BDE, FUNDESC, PROCAPE e BRDE, BADESC e PRODEC, é fácil entender por que o complexo agroindustrial deu um salto quantitativo e qualitativo, por que o complexo eletro-mecânico tornou-se tão dinâmico, por que a indústria de revestimentos cerâmicos rapidamente integrou-se na economia nacional e internacional e por que o Vale do Itajaí consolidou-se como o segundo pólo têxtil do país. [...] A industrialização brasileira, e por extensão a ampliação e integração produtiva em Santa Catarina, é um imperativo político e não obra do mercado, da mão invisível ou da capacidade inovadora de um indivíduo. (GOULARTI, 2007, p.217)

Durante a década de 1980, o país passa por uma grande crise fiscal e financeira devido às dívidas externa e interna. Com a crise, volta o problema com concessão de financiamento.

Apesar da crise, os setores catarinenses conseguiram manter um crescimento constante, devido a alguns aspectos:

[...] 1) ainda havia espaço para a integração produtiva intra-estadual; 2) os setores menos atingidos pela crise eram aqueles em que Santa Catarina se especializou; 3) parte da produção foi deslocada para o mercado externo; 4) os investimentos em infra-estrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década; 5) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos; 6) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios-pólos em cada região, no caso de Criciúma, Jaraguá do Sul e Caçador; 7) e alguns setores mantiveram taxas constantes de inovação tecnológica, como no setor alimentício, cerâmico e papel e celulose. (GOULARTI, 2007, p.297)

A fase de consolidação do capital industrial se estendeu dos anos 60 ao início da década de 90. Foi um período marcado pela prevalência das políticas de desenvolvimento estadual, pelo surgimento das agências de fomento, pelos programas de incentivos, pelo crescimento das indústrias moveleira, calçadista e de matérias plásticas e, ainda, pela modernização da agricultura, que expandiu a produção da carne e da maçã. Foi quando se formaram os grandes complexos agroindustriais (Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral, Chapecó e Macedo).

O período pós-1990 foi marcado pela reestruturação econômica e patrimonial de empresas de quase todos os setores. O complexo carbonífero foi desarticulado, a indústria cerâmica viu-se forçada a uma forte adaptação para concorrer no mercado externo e a

desverticalização alcançou o segmento têxtil e o de calçados. Agroindústrias foram progressivamente adquiridas pelo investimento estrangeiro, e a especialização, a diversificação e a integração das estruturas produtivas microrregionais passaram a predominar em Santa Catarina.

As crises ocorridas na economia brasileira nos últimos vinte anos tiveram impacto no estado catarinense. As fases recessivas, o descontrole inflacionário e a crise financeira interromperam a trajetória de crescimento de Santa Catarina.

Em meio ao agravamento do quadro de incertezas, a estrutura setorial-regional típica da indústria catarinense permitiu observar dinâmicas interessantes. O perfil de relativa especialização conservou as suas características históricas, mas o nordeste do estado consolidou-se como a região de maior pujança industrial, tendo em vista o elevado desempenho de complexo metal-mecânico. (LINS, MATTEI, 2001, p.4)

Os autores seguem comentando os impactos do cenário econômico dos anos de 1990 no estado de Santa Catarina:

Na virada para os anos 90, as mudanças de marco regulatório – sintetizadas na abertura comercial – produziram efeitos consideráveis na estrutura produtiva do estado. O aumento da “contestabilidade externa”, representada pela avalanche de importações e posteriormente amplificada pela política de câmbio do Plano Real, forçou a reestruturação de numerosas empresas, de diversos tamanhos, rumo à modernização tecnológica e organizacional. Como resultado, avanços em qualidade e produtividade foram logrados, com melhoria na competitividade. Porém, a contrapartida tomou a forma de uma dramática ampliação do número de trabalhadores desempregados em diferentes setores de atividades. (LINS, MATTEI, 2001, p.4)

4.2 Os setores da economia catarinense

4.2.1 Erva-mate

O setor ervateiro tinha a produção concentrada no Alto Vale do Rio Uruguai e no planalto norte. Segundo Goularti (2007, p.84) “A erva-mate foi responsável, em boa medida, pela fixação inicial dos imigrantes de Joinville e de São Bento do Sul e pela construção da estrada Dona Francisca e ramal ferroviário ligando Porto União ao Porto de São Francisco do Sul”. Rapidamente Joinville tornou-se um centro de comercialização, industrialização e exportação do mate. A maior parte da produção era voltada à exportação, principalmente para

o Chile e Argentina. Com a crise de 1930, a Argentina passa a produzir o produto internamente, afetando a produção e exportação do mate em Joinville.

4.2.2 O setor Madeireiro:

O complexo madeireiro do estado surge como uma forma rápida de acumulação do capital, pela abundante disponibilidade de recursos florestais. O aumento da exploração da madeira vem com a expansão da produção artesanal voltada ao alargamento do mercado interno. As regiões que mais se dedicaram à exploração da madeira foram: Planalto Norte, Planalto Serrano e Oeste do estado (embora não se dedica mais a extração da madeira, foi a principal atividade até 1940). A queda da participação da região Oeste na extração da madeira está relacionada ao esgotamento das reservas e da redução das importações do produto pela Argentina. Mas, a possibilidade rápida de acumulação capitalista através da atividade da extração da madeira, fez com que houvesse a possibilidade de diversificação da atividade econômica para o setor alimentício. Nos campos de Lages, a atividade relacionada à madeira superou a pecuária, tendo várias serrarias se instalando na região. O setor madeireiro continuou a se expandir em todo Vale do Rio Peixe e planalto norte, chegando a região serrana. A madeira ainda é a principal atividade industrial na região, tendo como municípios-pólos Canoinhas e Caçador.

Após a queda das atividades madeireiras não houve uma diversificação industrial capaz de manter e expandir a renda regional. Na época do auge da madeira, muitos madeireiros aplicavam seus lucros na compra de novas reservas de pinheiros, sempre renovando o estoque. Não houve uma preocupação da burguesia local em diversificar dentro do próprio setor madeireiro (móveis, compensados, papel e celulose). Essa diversificação exigia investimentos em reflorestamento. Ao contrário do Alto Vale do Rio do Peixe e do Planalto Norte, na região serrana o reflorestamento iniciou-se somente no início dos anos 1970, com resultados positivos na segunda metade dos anos 1990. Os novos investimentos feitos na região, no setor, foram de procedência externa: a Igaras e a Klabin. (GOULARTI, 2007, p.238).

Em 1990, alguns investimentos externos foram realizados na região. Algumas empresas instalaram-se na região, especialmente em Lages para aproveitar as reservas existentes. Segundo o autor, empresas como: Brahmas, Alcoa, Parmalat e a Karsten, vieram

em busca da água de qualidade, atender as papelerias, aproveitar o potencial da pecuária, beneficiar a maçã e aproveitar o público feminino na região, respectivamente.

São empresas que vêm de fora para aproveitar um recurso abundante disponível [...]. Ainda há, na região, comando e forças endógenas que engendrem um movimento capaz de romper o ciclo vicioso da dependência de investimentos de fora. Há exemplos no Estado de forças endógenas geraram a diversificação produtiva, fazendo romper com a dependência de uma atividade econômica, é o caso de Criciúma, que dependia do carvão e diversificou para o cerâmico, plástico e o vestuário; e de Caçador, que dependia da madeira e qualificou as atividades extrativas e diversificou para calçados, metalúrgica e plástico. (GOULARTI, 2007, p.238).

As atividades vindas da madeira e da erva-mate possibilitaram um desenvolvimento das atividades artesanais. A indústria moveleira se desenvolve pela proximidade com a matéria-prima básica, como: araucária, imbuía, canela e cedro. A localização da indústria moveleira é no Vale do Rio Negro, nos municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. As empresas de destaque na indústria moveleira são: Cimo, Artefama, Rudnik e Leopoldo.

A partir dos anos de 1980 o setor moveleiro se consolida por alguns fatores: concentração no setor; conquista do mercado externo, reflorestamento da região.

Com a difusão do estilo colonial e com a expansão do consumo da classe média, o setor passou por intensas modificações estruturais, como a concentração e a proliferação de novas unidades. Com o reflorestamento, o setor teve de se adaptar às novas fontes de recursos e às normas vigentes do Instituto Brasileiro de Defesa Floresta (IBDF). Fato positivo foram as rigorosas exigências do mercado consumidor norte-americano e europeu, que passou a importar somente móveis de madeira reflorestada. Atualmente, as moveleiras de médio e grande porte da região possuem reservas próprias, porém não são totalmente auto-suficientes. (GOULARTI, 2007, p.234).

Em relação à reestruturação produtiva, com a modernização, é destacado:

A indústria de móveis, por sua vez, engajou-se em processo de modernização estimulada pela necessidade de reforçar a sua capacidade competitiva nos mercados externos, uma orientação que caracteriza a trajetória do cluster moveleiro de São Bento do Sul – Rio Negrinho pelos menos desde os anos 80. De fato, essa região desponta no cenário moveleiro nacional pela vitalidade de sua performance exportadora, fortalecida no período em que o mercado interno apresentou contração associada às crises da década de 80. Essa penetração foi conseguida com base em melhoramentos tecnológicos – entre outros motivos por conta da utilização da madeira de menor qualidade, como o *pinus* – e também escorou-se na atuação decisiva das agências de exportação, que captam as encomendas no exterior e mobilizam os fabricantes locais, servindo até como instrumentos para o acompanhamento de tendências internacionais em moda e *design*. Saliente-se que instituições locais como a Fundação de Tecnologia, Ensino e Pesquisa (FETEP) desempenharam papel crucial na evolução desse *cluster*. (BERCOVICH, 1993, apud, LINS, MATTEI, 2001, p.11)

As exportações brasileiras de móveis estariam apresentando revigoramento, após a desvalorização cambial e até pela nova forma de competitividade entre as empresas, pelo fator qualidade, que é destaque quando comparado aos móveis concorrente dos países do leste europeu.

4.2.3 Setor Carbonífero

A exploração do carvão, até 1914, era feita de forma artesanal, até que com os adventos da Primeira Guerra, com a queda das importações, a atividade carbonífera passou a ser realizada de forma mais organizada quando foram fundadas companhias carboníferas na região sul do estado. O setor carbonífero tinha bom desempenho já que o governo decretou o consumo obrigatório de 10% do carvão nacional, por ser um mineral básico para a industrialização. Esta garantia de parte do consumo da produção pelo governo encerrou no fim da Segunda Guerra, gerando uma superprodução do carvão. Esta crise foi superada com o crescimento acelerado da indústria pesada na segunda metade na década de 1950, quando foram construídas siderurgias estatais e a usina termelétrica em Tubarão.

Segundo Goularti (2007, p.140) “Com o acelerado processo de mecanização da escolha e do transporte externo, diminuiu o número de pequenas mineradoras, dando início a um processo de centralização, que resultou em 12 mineradoras no início dos anos de 1970”.

A partir de 1986, o esquema que protegia o setor começou a ser lentamente desmontado: foi aumentada a importação do carvão metalúrgico e foram retirados os subsídios do transporte. Essas mudanças estavam dentro de um movimento mais geral, que era a redução das atividades estatais e a emergência dos políticos neoliberais, até 1990, quando bruscamente caiu a produção e a oferta de emprego. (GOULARTI, 1996, apud GOULARTI, 2007, p.228).

4.2.4 Setor Alimentício e modernização da agricultura catarinense

A produção de alimentos no estado de Santa Catarina resultou da agricultura praticada por pequenos proprietários que produziam para subsistência e comercializavam o excesso da produção junto ao mercado local e centros comerciais próximos.

Inicialmente a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, como o cultivo da cana-de-açúcar, para a fabricação do aguardente e do melado; da mandioca, para a fabricação da farinha e do polvilho; do arroz, do café e as atividades pesqueiras. Com a vinda da segunda leva de imigrantes, nos meados do século XIX, começam a surgir novos produtos alimentícios como a banha, manteiga, queijo e salame. A explicação dessa diversificação deve ser buscada na tradição dos imigrantes italianos, que eram pequenos camponeses. Com a vinda da terceira leva de imigrantes pós-1875, aumentou a diversidade e a oferta de alimentos, como derivados do suíno e do leite, o fabrico do vinho e também da farinha de mandioca. (GOULARTI, 2007, p.96)

A primeira atividade geradora da acumulação de capital foi a agrícola mercantil. As mercadorias eram produzidas no sul do estado e eram comercializadas a partir dali. Segundo Goularti (2007) as mercadorias tinham partida de Criciúma iam até Jaguaruna e seguiam a Florianópolis, de lá eram embarcadas para Santos, Rio de Janeiro e Norte. O comércio era feito principalmente com o Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e São Paulo (o maior consumidor).

Em Santa Catarina, as regiões com colonização européia desenvolveram seu mercado interno e com a expansão do mesmo iam criando laços comerciais não apenas com mercados locais, mas também com praças maiores, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda segundo o autor:

O desenvolvimento de um setor agrícola ativo que desse condições para que se transformasse numa indústria alimentar dinâmica foi abortado pelas atividades carboníferas que submeteram e comprometeram várias propriedades rurais com a lavra do carvão. Muitos colonos vendiam suas propriedades para serem mineradas por uma firma ou eles próprios a mineravam. Quando a reserva de carvão esgotava, o terreno já estava todo comprometido com os mananciais hídricos contaminados, impossibilitando o cultivo da terra. O mesmo aconteceu em Criciúma, de certa forma e em menor proporção aconteceu em Blumenau, onde grande parte da mão-de-obra, que poderia ser voltada para as atividades agrícolas, voltou-se para atividades fabris, em especial a têxtil. (GOULARTI, 2007, p.97)

É a colonização do Oeste catarinense que direcionará o rumo do setor de alimentos com a consolidação de grandes empresas para a indústria alimentar, mesmo com a produção de alimentos no Sul, Vale e litoral. Foi a extração da madeira que abriu possibilidades de acumulação de capital e diversificação da produção. Para Goularti (2007, p;101) “[...] a origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na forte integração comercial com os centros consumidores de São Paulo.”

O padrão de acumulação que resultou na união da agricultura e indústria, surge dentro da esfera mercantil, junto à transformação das pequenas propriedades em casas comerciais e frigoríficos.

Somente com a subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados, com o beneficiamento dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria que o padrão metamorfoseia-se para o industrial. (GOULARTI, 2007, p.101).

O Oeste catarinense terá como destaque o setor agroindustrial com a instalação de grandes empresas na região como: Sadia, Perdigão, Chapecó e Seara, em princípio voltadas ao mercado nacional, principalmente ao maior consumidor de alimentos derivados de suínos e aves, o mercado paulista.

Quando surgem as maiores empresas do complexo agroindustrial do Oeste do estado, surgem também outros frigoríficos, de menores proporções, que acabaram sendo incorporados às empresas maiores ou mesmo falindo devida ao alto grau de concorrência.

A agricultura brasileira se desenvolveu junto com o desenvolvimento da indústria e a urbanização do país. Ocorre uma integração da agricultura com o sistema capitalista industrial através das mudanças tecnológicas.

[...] Santa Catarina apresenta uma estrutura fundiária bastante diferenciada da maior parte do país. Excluindo os Campos de Lages, a base fundiária catarinense é a pequena propriedade, explicações que devem ser buscadas na sua colonização minifundiária. A estrutura não apresenta um ‘tipo ideal’ de propriedade, mas é melhor distribuída em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e parte do Sudeste. (GOULARTI, 2007, p.280)

Santa Catarina possui destaque no setor agrícola, em especial nos produtos: cebola e maçã (maior produtor nacional); alho e fumo (segundo maior produtor); arroz e banana

(terceiro maior produtor); trigo (quarto); soja (nono); milho (como o sexto). Como o estado é grande produtor de carnes, toda a produção de milho e soja está ligada aos complexos agroindustriais da carne.

Os produtos de maior destaque nas regiões, segundo o autor e com base nos dados do censo agropecuário do IBGE são:

- Oeste, incluindo o Vale do Rio do Peixe: trigo (69,7%), milho (67,8%), soja (62,3%), feijão (51,5%), arroz (apenas 3%), uva (91,2%), maçã (66,9%), tomate (59%), suínos (81,7), bovinos (42,9), aves (46,3%), e complexo fumageiro com 19,2% da produção;
- Sul: arroz (57,2%), fumo (32,7%);
- Planalto Serrano: batata (49,5%), alho (58,8%), maçã (32,2%), destaque a região de Curitiba nas produções: alho (15%), batata (44,9%), trigo (25,6%). Em relação a pecuária, embora seja a atividade econômica de origem na região, a região oeste vem se destacando cada vez mais na pecuária, fazendo o Planalto serrano perder posição;
- Alto Vale do Itajaí, com destaque para Ituporanga: cebola (73,4%);
- Planalto norte e litoral norte: banana (49,5%), destaque para Jaraguá do Sul que vem formentando uma indústria de doces e alimentos, em canoinhas destaque para batata (20,5%) e soja (21,3).

A modernização da indústria da agricultura catarinense está ligada à formação dos complexos agroindustriais. Esta formação, por sua vez, está relacionada à intervenção estatal através da política nacional de crédito rural, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico. Segundo Goularti (2007, p.283), “Em boa medida, a explicação para o ‘sucesso’ dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado”.

Na agroindústria, que implica em primeiro lugar o “grande oeste”, as mudanças observadas dizem respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carne de suínos e aves, carro-chefe dos complexos agroindustriais em Santa Catarina. O referido sistema de integração configura traço estrutural e histórico dessas atividades, e as alterações têm a forma de diminuição na quantidade de produtores rurais integrados a cada empresa, simultaneamente ao aumento na capacidade dos contingentes que permanecem vinculados às agroindústrias. Assim, por exemplo, o tamanho médio dos aviários cresceu consideravelmente, o que significa avanços em termos de escala e benefícios logísticos para as empresas. (LINS, MATTEI, 2001, p.9)

4.2.5 Setor têxtil

A região onde se localiza a indústria têxtil de Santa Catarina tem como atividade econômica de origem a produção agrícola realizada pelos colonizadores, imigrantes alemães. A indústria teve início com a chegada de novos imigrantes a partir do ano de 1850. O cenário da indústria têxtil é localizado no Vale do Itajaí, como destaque as cidades de Blumenau e Brusque, e ao Norte destacam-se Joinville e Jaraguá do Sul.

A indústria têxtil é uma herança da Primeira Revolução Industrial, vem antes da indústria pesada, surgida na Segunda Revolução. Esta indústria se caracterizou pelo alto grau de difusão técnica e por isso a facilidade de como os imigrantes trouxeram ao Brasil as técnicas e habilidades do sistema fabril.

A origem da indústria têxtil em Santa Catarina pode ser explicada pelo desempenho da pequena produção mercantil e pela facilidade da cópia, mas as explicações da expansão e consolidação devem ser buscadas fora do seu meio, em elementos exógenos, são elas: a) a queda das importações durante a Primeira Guerra; b) o crescimento urbano e a expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro; c) a política cambial dos anos 1920; d) a integração do mercado interno pós-1930; e, e) a queda das importações durante a Segunda Guerra. Portanto, foi uma indústria que se adaptou rapidamente às exigências da demanda interna e conquistou de forma duradoura mercados cativos. Ela nasceu voltada para o mercado regional e tornou-se nacional na primeira oportunidade de expansão. (GOULARTI, 2007, p.95)

O principal fator de desenvolvimento da indústria têxtil a partir do ano de 1945, segundo Goularti (2007, p.145) “[...]foi a expansão e verticalização da produção por meio da capacidade instalada e alargamento das bases comerciais, com abertura de novos centros de distribuição, principalmente nas maiores capitais.”

Desde 1950 o setor têxtil passou por algumas transformações no padrão produtivo. No Vale do Itajaí, a indústria têxtil passou pelo processo de verticalização; expansão; a partir dos anos de 1980 pelo processo de diversificação e ampliação direcionando ao mercado externo; e já nos anos de 1990 o processo de desverticalização e da retração. A produção têxtil da região passou da fiação à confecção com o passar dos anos, através de investimentos na cadeia produtiva.

Espacialmente, a indústria do vestuário está concentrada no litoral norte do Estado – basicamente em Joinville e Jaraguá do Sul -, no Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul do Estado. A têxtil está concentrada apenas em Joinville, Jaraguá do Sul e no Vale do Itajaí, nas cidades de Blumenau e Brusque. É um eixo litorâneo que começa na divisa com o Paraná e termina na divisa com o Rio Grande do Sul. Neste sentido podemos falar que o segmento têxtil-vestuário em Santa Catarina é integrado espacial, comercial e produtivamente. A deficiência fica por conta da oferta de máquinas, equipamentos – em que uma pequena parte é adquirida em São Paulo e a outra, a maior, é importada – e insumos como algodão e sintéticos – cuja importação teve em aumento exponencial nos anos recentes. (GOULARTI, 2007, p.262)

Variações na renda apresentam impactos no setor têxtil. Este setor apresenta uma demanda elástica, sendo assim, um pequeno aquecimento logo já tem impacto no aumento da demanda.

Existem no setor têxtil grandes empresas já consolidadas no mercado. Entre elas estão: Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol e Döhler.

Na região sul, com a crise do setor carbonífero, muitos ex-funcionários do setor passaram a abrir confecções. A região sul tornou-se uma das maiores produtoras de *jeans* do país. A indústria do vestuário começou em Criciúma e se disseminou sobre Tubarão, Braço do Norte, Laguna, Gravatal, Armazém e Orleans.

A cidade de Brusque, além de concentrar a indústria têxtil, como fiação e tecelagem, também se especializou na confecção de ‘pronta entrega’. A produção é distribuída por meio de centros de compra, onde as próprias fábricas têm suas lojas. (GOULARTI, 2007, p.268).

O complexo têxtil-vestuário passou por mudanças significativas na década de 1990, com a abertura comercial.

Para numerosas firmas localizadas em todas essas áreas, a mistura entre redução de alíquotas de importação e sobrevalorização cambial impôs a necessidade de ajustes em diferentes elos da cadeia produtiva têxtil devido a enxurrada de importações provocada pela política econômica. De um modo geral, combinaram-se tentativas de modernização – visíveis principalmente nas empresas de maior porte – e intensificação das transferências de etapas dos processos produtivos para capacidades externas, seja em microempresas (formais ou não), seja para trabalhadores atuando em domicílio. (LINS, MATTEI, 2001, p.9).

4.3 O surgimento dos novos setores

A partir de 1940, a indústria catarinense passou por um processo de ampliação e diversificação. A indústria catarinense foi beneficiada com a vinda da indústria pesada ao país e o aumento de investimentos em infra-estrutura e no setor industrial.

O Plano de Metas (1955/1960), que se constituiu no arcabouço dentro do qual os diversos instrumentos de política econômica se inseriram, definia dois grandes objetivos: a) a solução das maiores inadequações da infra-estrutura econômica em relação ao grau de desenvolvimento econômico; b) a complementação e a integração vertical da estrutura industrial brasileira, cujo objetivo central era o desenvolvimento industrial. O segundo objetivo foi viabilizado pela forte concessão de incentivos aos capitais estrangeiros e nacionais e, em vários casos, quando os empreendimentos exigiam vultuosos volumes de investimentos e lenta recuperação das aplicações, o próprio governo interveio, implantando-os diretamente (estatais). (CUNHA, 1992, p.37)

No período de ampliação e diversificação que vai dos anos de 1940 e 1960, surgem novos setores que são responsáveis pela mudança no padrão de crescimento do estado. Dentre estes, destacam-se o cerâmico, metal-mecânico, papel e pasta mecânica.

4.3.1 Cerâmica

Assim como outros setores da economia catarinense, o setor de cerâmica tem origem na pequena propriedade. A primeira cerâmica no estado de Santa Catarina se instalou no ano de 1919, na cidade de Imbituba. A produção neste setor vai se adaptando as novas técnicas e passa a fabricar azulejos ao invés de louças. Esta indústria ganha novos investimentos em equipamentos no início dos anos de 1950, tendo um número bem superior de funcionários. Em 1946 foi fundada a primeira cerâmica na cidade de Criciúma.

A partir de 1940, Criciúma fica conhecida como a “Capital Nacional do Carvão”. Após a década de 1970 ocorre uma rápida expansão e ampliação da produção nas empresas ceramistas do sul de Santa Catarina. As maiores empresas são: Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca.

O impulso financeiro para o desenvolvimento da indústria cerâmica no estado de Santa Catarina veio com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH e Sistema

Financeiro de Habitação – SFH. Estas instituições auxiliaram para alavancar a produção e colocar as empresas da indústria cerâmica no cenário nacional.

A diversificação da produção industrial na região sul de Santa Catarina, liderada pelo setor cerâmico, engendrada tardiamente nas décadas de 1970 e aprofundada nos anos 1980, constituiu-se num grande indutor da renda, além do carvão, o que evitou um abalo maior na economia regional, com a queda brusca do complexo carbonífero, iniciada no último lustro da década de 1980. A partir do momento em que a indústria cerâmica sul-catarinense se engajou no mercado nacional, houve um processo concomitante, em que as articulações internas foram capazes de conquistar novos mercados, trazendo ao Estado uma dinâmica considerável a partir das estratégias competitivas das grandes empresas. (GOULARTI, 2007, p.224)

Para o autor, o estado de Santa Catarina obteve excelente desempenho no mercado internacional por obter e manter dois fatores principais: bom preço e qualidade (esta proveniente de constantes inovações tecnológicas realizadas pelas empresas cerâmicas do sul do estado).

Trata-se de arranjo que ostenta vitalidade tecnológica, com ceramistas atualizados em conformidade aos padrões internacionais e com a atuação de instituições que, pelo menos em potencial, representam canais de difusão tecnológica e de impulsão à aprendizagem, como é o caso do Centro de Tecnologia em Cerâmica. (CAMPOS, NICOLAU e CÁRIO, 1999, apud, LINS e MATTEI, 2001, p.11).

Além da produção de azulejos, a indústria cerâmica também se destaca na produção de cerâmica vermelha como tijolos e telhas. A partir das inovações tecnológicas inseridas nas empresas, foi possível diversificar a linha de produção, surgindo novos produtos: telhas esmaltadas, glasuradas e de concreto; tijolos maciço de vários modelos e tamanhos.

Mesmo tendo destaque na produção da cerâmica vermelha, é considerado ainda um setor bastante desorganizado, com falta de regulamentações ambientais, trabalhistas, fiscais e normas técnicas. Para Goularti (2007, p.226) "O setor precisa passar por um processo de centralização com a presença de grandes empresas mais estruturadas que siga de uma forma mais rígida as diversas legislações vigente para dar uma certa organização e imprimir um ritmo mais dinâmico nas demais olarias."

4.3.2 Papel e Celulose.

Surtem várias fábricas de papel e papelão e celulose em Santa Catarina a partir de 1912, quando é fundada a primeira fábrica de papel em Itajaí. Entre elas: Lages (1950), filial da primeira fábrica; Timbó (1928), Caçador (1940), tendo 21 fábricas de pasta-mecânica nesta região já em 1944; Rio do Sul (1940); Joaçaba (1941); Campos Novos (1945); Rio Negrinho (1951) entre outras.

São empresas fundadas por pequenos madeireiros que colonizaram o planalto norte e o oeste barriga-verde. A acumulação gerada com a extração e beneficiamento da madeira desdobrou-se na fabricação da pasta-mecânica. [...] a partir do final dos anos de 1930, começaram as exportações de pasta mecânica das indústrias catarinenses para o mercado nacional. [...]Esse seria o primeiro momento em que o setor era formado, sobretudo, por pequenos produtores locais. A partir do final dos anos de 1960, começa a mudar o perfil empresarial do setor em favor de grupos de outros Estados. (GOULARTI, 2007, p.151)

O principal impulso no setor foram os investimentos feitos nos anos de 1960 e 1970 por grandes grupos nacionais e estrangeiros. Os grupos estrangeiros foram incorporando as pequenas e médias empresas existentes. Inclusive, esta é uma característica diferente dos demais setores, pois as maiores empresas deste setor não pertencem à empresários catarinenses. “As incorporações extrapolam o universo das fábricas catarinenses e começam a ser um movimento de concentração de grandes empresas.” Goularti (2007, p.230).

As principais empresas do setor de papel e celulose são: Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa. Estas empresas são localizadas em Correia Pinto, Otacílio Costa e Três Barras. A Igaras tem unidade em Itajaí; a Klabin, duas em Lages e a Rigesa uma em Blumenau.

“O segmento de papel divide-se em: imprensa, imprimir/escrever, embalagens, cartões/cartolinas, sanitários e outros especiais. O segmento de celulose divide-se em: pasta química (a própria celulose) e pasta mecânica.” Goularti (2007, p.231).

Entre os setores industriais mais importantes de Santa Catarina, o de papel e celulose é o que menos tem um efeito de encadeamento dentro do próprio estado. Excluído o reflorestamento, a compra de máquinas e equipamentos é feita basicamente no mercado externo ou em São Paulo. Alguns produtos químicos, pequenas peças de reposições e prestação de serviços são da própria região. Se tomarmos como exemplo as três maiores

papeleiras de Santa Catarina, o efeito de encadeamento é quase nulo, utilizando apenas mão-de-obra e madeira. São justamente as empresas de menor porte e de capital local que utilizam mercadorias produzidas regionalmente.

4.3.3 Eletro-Metal-Mecânico

O maior pólo industrial eletro-metal-mecânico tem como localização os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul. Mesmo assim o setor metal-mecânico se difundiu em menores proporções em outros municípios: Joaçaba, Criciúma, Blumenau, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Caçador. De acordo com Goularti, (2007), essa indústria teve origem na pequena produção e no sistema colônia-venda

A decadência das atividades ervateiras não causou muito danos à economia Joinvillense, porque as atividades urbanas e industriais estavam se multiplicando de forma exponencial como pequenas funilarias, oficinas de reparos, metalúrgicas, malharias e confecções [...]. [...] pequena produção e expansão das atividades ervateiras predominava a acumulação mercantil, e era esta forma de acumulação que definia os rumos da economia regional. (GOULARTI, 2007, p.155)

Quando começou a mudar o padrão de crescimento no estado conseqüentemente foi alterado o padrão de acumulação. As indústrias voltaram-se ao mercado nacional, não estando mais limitadas ao mercado local.

[...] a consolidação do setor metal-mecânico, ou melhor, do eletro-metal-mecânico e de transportes não pode ser entendida como resultado de iniciativas individuais. O fato de se originar de pequenas oficinas não explica a consolidação do setor. Essas pequenas oficinas jamais poderiam se tornar empresas nacionalmente consolidadas fora de um 'projeto nacional de industrialização'. Este é movimento mais geral, e é nele que residem, em boa medida, os elementos que explicam a consolidação e a expansão deste setor. Devemos associar a esses elementos a participação do Estado, financiando e investindo em infra-estrutura. Sem crédito, sem energia e sem transportes não tem indústria. O setor metal-mecânico em Santa Catarina surge num período de transição portanto, apresentando características do antigo padrão de crescimento – pequena produção – e do novo padrão baseado na média e grande indústria. A Tupy e a Cònsul são exemplos de grandes indústrias que se consolidaram nos anos 1950 e tornaram-se responsáveis por parte considerável da expansão da renda nas décadas seguintes na região de Joinville. (GOULARTI, 2007, p.160)

Neste setor, Jaraguá do Sul teve forte influência dos municípios de Joinville e Blumenau. De Blumenau vem a influência da indústria têxtil e do vestuário, de Joinville a

metal-mecânica e foi desta maneira que Jaraguá entrou na indústria do Vale do Itajaí e do litoral norte. Se Joinville e Blumenau cresciam, então também crescia Jaraguá do Sul. Dentro de Jaraguá destacam-se indústrias do vestuário como a Malwee e a Marisol; indústrias do setor eletro-metal-mecânica como a Kohlbach e a WEG e ainda na indústria de alimentos como a Duas Rodas.

Para o autor, o desempenho da indústria dinâmica do litoral norte passa por três movimentos desde os anos de 1960 aos anos de 1990, são eles:

- 1) o engajamento que a indústria local teve com o 'projeto nacional de industrialização'; 2) a participação do Estado catarinense no suprimento de energia, transporte, crédito e telefonia; 3) e o comando exercido pelas empresas de médio e grande porte. Porém, nos anos de 1990 o setor passou por uma profunda reestruturação produtiva e patrimonial que imprimiu uma nova dinâmica na economia regional. (GOULARTI, 2007, p.250).

A economia catarinense se beneficiou da política de industrialização do país já que havia a exigência de máquinas e equipamentos para os estados mais industrializados, para garantir o desenvolvimento local e a expansão para o mercado nacional. Com a criação da CELESC e da ELETROSUL, houve um aumento da oferta de energia elétrica; assim como a pavimentação de rodovias, reaparelhamento dos portos, aberturas de linhas de financiamento de longo prazo. A partir da década de 1990, com a abertura comercial, os setores da economia catarinense tiveram a possibilidade de importar equipamentos modernos, assim como ampliaram a capacidade produtiva bastante voltada ao mercado externo já neste período.

Dentre as principais empresas catarinenses no setor eletro-metal-mecânico, encontram-se: Tupy, Cônsul, Embraco, Weg, Kohlbach, Busscar e Duque.

4.3.4 Calçados

As regiões que se destacam na produção de calçados em Santa Catarina são: Sul do estado, Criciúma, Araranguá e Sombrio; e as cidades de São João Batista e Nova Trento.

Motivado pelas políticas governamentais do final dos anos de 1960 e início dos 1970, que pretendia substituir pauta de exportações de produtos primários por manufaturados (mesmo que fosse com baixa incorporação tecnológica), foram concedidos aos exportadores uma série de isenções fiscais e linhas de crédito. No caso dos calçados, na década de 1970 as exportações nacionais aumentaram em 1.126%, saltando de trinta milhões de dólares em 1971 para 368 milhões em 1979. Este crescimento exponencial das exportações deve ser relativizado, pois até o final dos anos 60 o país praticamente não exportava calçados. Nos anos 1980, o ritmo de expansão se normalizou, mantendo-se em crescimento constante. (GOULARTI, 2007, p.271).

Com a rápida expansão do setor de calçados, logo o setor calçadista do sul do estado volta-se ao mercado externo, para exportar maior parte da produção. Apenas no pólo calçadista no Vale do Rio Tijucas (formado pelos municípios de Tijucas, Canelinha, Nova Trento e São João Batista), existem 150 empresas de calçados. No estado catarinense, foram constatadas em 2004, 314 empresas, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

O grande impulso na produção e exportação dos calçados no estado deveu-se a abertura comercial ocorrida na década de 1990. Esta abertura proporcionou a incorporação de novas tecnologias, sobrevalorização cambial (política cambial adotada na época). Os principais importadores dos calçados catarinenses são a América Latina, Europa e Países Árabes.

A indústria calçadista de São João Batista tem uma estrutura de produção diferenciada das indústrias do sul.

A indústria calçadista na cidade de São João Batista é formada por um conjunto de micro e pequenas empresas, a presença de empresas com mais de cem funcionários é raro. É muito comum na cidade sistemas de facção domiciliar, em que as empresas utilizam mão-de-obra familiar, sem vínculo empregatício para executarem uma parte do processo produtivo. O setor é voltado basicamente para o mercado interno. (GOULARTI, 2007, p.273).

4.3.5 Matérias Plásticas

Esta indústria tem início na cidade de Joinville. Passou-se a produzir mangueiras e PVC flexíveis para atender ao mercado urbano de água e saneamento. Este setor não sofreu movimento de reestruturação nas décadas recentes, o que ocorreu foi a diversificação da produção como:

[...] fabricação de artigos para uso doméstico (como descartáveis plásticos tais que copos, pratos e bandejas) e para uso comercial (como garrafas), e também de produtos flexíveis (embalagens plásticas), no sul do estado (onde há particular concentração das atividades ligadas aos descartáveis). De outro lado, há a produção de tubos e conexões e de componentes técnicos centrada no nordeste catarinense, em particular em Joinville. (LINS, MATTEI, 2001, p.10).

Dentre as principais empresas temos: Hansen-Tigre e Cipla, Canguru e Akros.

Representando 9,8% do valor total da produção industrial do setor no país, o setor de matérias plásticas em Santa Catarina está definido por segmento e região: 41,8% é para construção civil, 32,5% embalagens e 9,9% descartáveis. A região de Joinville concentra 35,6% das indústrias, e deste total 93,8% atende a construção civil; a região de Criciúma responde por 25,6%, dos quais 90,2% de descartáveis e 31,5% de embalagens. Somente 2% da produção catarinense é destinada ao mercado externo, mesmo assim representou no ano de 1999 somente 0,69% do total das exportações do Estado. [...] A região sul é responsável por mais de 85,0% da produção nacional de pratos, bandejas e copos plásticos e a Inza é a maior fabricante do país. O setor teve rápido crescimento nos anos de 1990 com a proliferação de várias micro e pequenas empresas na produção de mangueiras flexíveis, canos, tubos, manilhas, garrafas plásticas, artigos para uso comercial e doméstico e embalagens. (GOULARTI, 2007, p.276).

O segmento de tubos e conexões está vinculado à construção civil, por isso tem destaque no sul do estado e, segundo Lins e Mattei (2001), apresentam empresas de grande porte e consideradas destaque nacionais.

Nos últimos anos, esse segmento assistiu a investidas internacionais que resultaram na aquisição das capacidades produtivas instaladas em Joinville, o que representou mais um passo no processo de mudanças patrimoniais que parece cada vez mais intenso no aparelho produtivo de Santa Catarina. (LINS, MATTEI, 2001, p.10).

5 COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA

O cenário brasileiro da década de 1990 teve impactos no crescimento industrial e comercial da economia catarinense. No Brasil, o começo dessa década foi marcado pela política de abertura comercial, aumentando consideravelmente o volume de importações no país. Inicialmente, foram eliminadas as principais barreiras não-tarifárias e reduzido o grau de proteção de indústria local. Foi abolida a maioria dos regimes especiais de importação, unificados os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduzido o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local. Este processo de abertura comercial segue um longo período de crise macroeconômica, com a questão da dívida externa e a desordem das finanças públicas, o que imobilizou o estado e dificultou a formulação de uma política industrial e tecnológica que seguisse a política anterior de substituição de importações. Como consequência, foi desenvolvido um ajuste industrial defensivo, caracterizado por contração de investimentos, estagnação da produção, assim como queda da renda per capita.

A economia catarinense também entra em recessão devido à crise macroeconômica do país. Foi através do Plano Real, com a estabilização da moeda, que ocorreu um novo ciclo de crescimento no estado que se sustenta até os dias atuais. “De algum modo, é dentro desta tendência que a nova dinâmica da economia catarinense se revela, assim como a sua forma de inserção na economia nacional, calcada em produtos de grande competitividade.” (LINS, MATTEI, 2001, p.5). Santa Catarina consegue crescer e exportar seus produtos com valores relevantes devido a sua pauta de exportação diversificada pela indústria modernizada.

Com o Plano Real e a valorização do câmbio, houve um aumento significativo das importações do estado catarinense de produtos intermediários e bens de capital. De acordo com a FIESC (2001, p.27), “As importações constituíram fator determinante para a modernização do parque produtivo, intensificada ao longo da década de 90. Em 1999, com a desvalorização cambial, o Estado diminuiu seu coeficiente de produtos importados”.

Os anos 90 assistiram a uma tendência de expansão das exportações catarinenses, com reflexos no aumento da participação do estado no agregado nacional. Em grande medida, isso ocorreu em virtude da diversificação da pauta e do aumento de competitividade dos principais produtos nos mercados externos. (LINS e MATTEI, 2001, p.15).

Santa Catarina sempre apresentou bom desempenho no setor exportador em relação ao Brasil, sempre com significativa participação no comércio internacional. O estado catarinense e sua participação nas exportações brasileiras sempre apresentaram crescimento, com exceção do ano de 1997, devido às crises internacionais. Esta crise foi superada na mudança da política cambial no ano de 1999, com a desvalorização cambial. O estado destacou-se como um dos maiores exportadores do país, perdendo para os estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Em 2005, Santa Catarina cai para 8º lugar no ranking dos principais estados exportadores, dando lugar aos estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Em decorrência de sua formação histórica e da disponibilidade de recursos naturais, o parque industrial catarinense pode ser dividido em seis grandes complexos industriais, com características próprias e distintas, de acordo com a FIESC:

- Complexo Agro-Industrial da Região Oeste: produção de alimentos (aves, suínos, entre outros) e bebidas. São 2.577 empresas que representam 31% das exportações catarinenses;
- Complexo Eletro-Metal-Mecânico da Região Nordeste: indústrias mecânica (motocompressores), de material de transporte e de matérias plásticas. São 2.578 empresas que representam 25% das exportações catarinenses;
- Complexo Têxtil da Região do Vale do Itajaí: setores de vestuário, calçados e artefatos de tecido. São 4.554 empresas que respondem por 11% das exportações catarinenses;
- Complexo Madeireiro da Região do Planalto Catarinense: setores mobiliário, de papel e de celulose. São 4.189 empresas que respondem por 23% das exportações catarinenses;
- Complexo Mineral da Região Sul: extração das jazidas de carvão mineral (60% da produção nacional), caulim e argila (matérias-primas para a indústria de pisos e azulejos). São 1.757 empresas que representam 5% das exportações estaduais.
- Complexo Tecnológico do Litoral: 8.600 empresas, R\$ 1,8 bilhão de faturamento anual.

As exportações catarinenses apresentaram uma trajetória de crescimento na década de 1990. “Com o reinício das crises internas, principalmente no período de recessão que caracterizou o começo da década de Noventa, e o processo de integração com o Mercosul, a exportação volta a crescer.” FIESC (2001). Com a implementação do Plano Real, a partir de 1995, o câmbio se valorizou e ocorreu uma tendência de estabilização na economia brasileira,

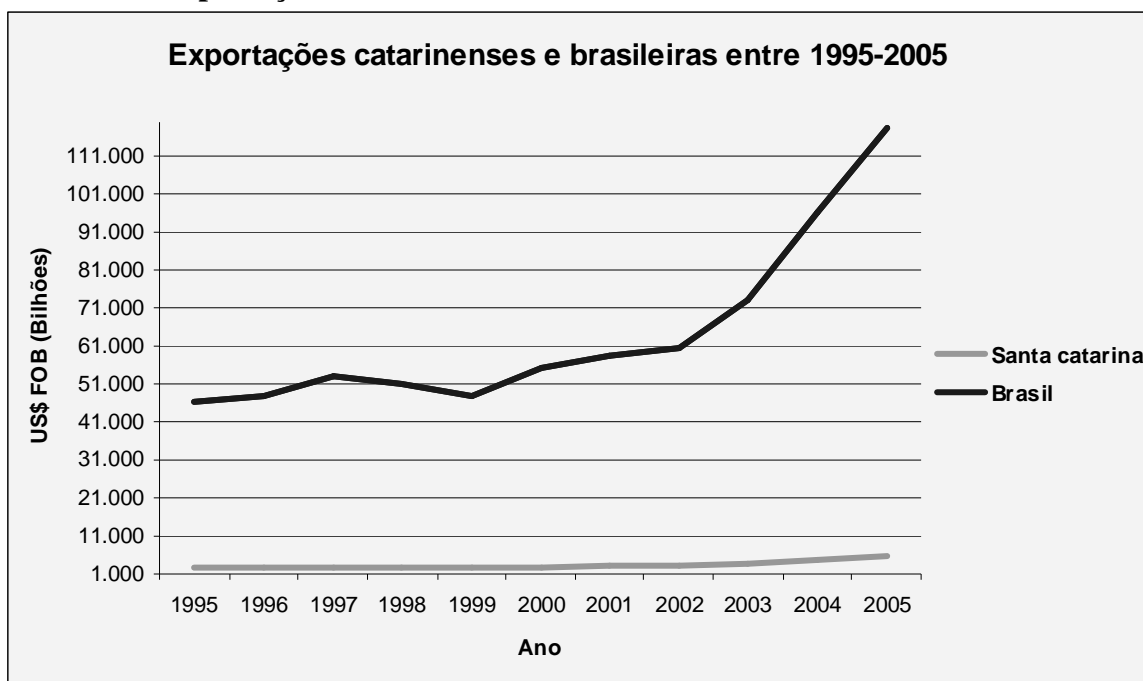
até que a partir de 1998 o setor exportador foi afetado pelas crises asiáticas e a recessão na América Latina. A partir de 2000, as exportações passaram a ter uma trajetória ascendente.

Tabela 04: Exportações catarinenses e brasileiras entre 1994-2005

Período	US\$ FOB (Bilhões)		Variação % anual	Partic. % s/Brasil	Posição de Santa Catarina sobre os demais estados
	Brasil	Santa Catarina			
1995	46.506	2.652	10,29	5,7	6°
1996	47.746	2.637	-0,55	5,52	5°
1997	52.994	2.805	6,39	5,29	5°
1998	51.139	2.605	-7,14	5,09	5°
1999	48.011	2.567	-1,46	5,35	5°
2000	55.085	2.711	5,62	4,92	6°
2001	58.222	3.028	11,68	5,2	5°
2002	60.361	3.157	4,25	5,23	6°
2003	73.084	3.695	17,06	5,06	6°
2004	96.475	4.853	31,33	5,03	6°
2005	118.308	5.584	15,05	4,72	8°

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

O gráfico 4 mostra o desempenho das exportações catarinenses comparando com as exportações brasileiras entre os anos de 1995 – 2005:

Gráfico 04: Exportações catarinenses e brasileiras entre 1994-2005

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

O desempenho do setor exportador catarinense, assim como os outros estados exportadores, sempre acompanhou o brasileiro, com algumas disparidades, mas em uma mesma tendência. Segundo análise da FIESC (2001), isso ocorre, pois os fatores que afetam as exportações são de ordem sistêmica. Mesmo com as crises, afetando todo o país, Santa Catarina apresentou queda inferior nas exportações em relação à queda das exportações brasileiras. A balança comercial do estado foi positiva mesmo no período em que o país apresentou déficit na sua conta corrente, entre 1995 a 2000.

O ano de 2001 foi marcado por uma crise. Os Estados Unidos e a Europa sofreram um processo de desaceleração da produção que já fazia sentir no ano anterior e a Argentina e o Japão continuaram apresentando dificuldades para sair da recessão. Apesar da crise, o estado de Santa Catarina, que sempre apresentou significativa participação no comércio internacional, não teve suas exportações deprimidas. A crise se manifestou somente em determinados mercados específicos. Conforme a FIESC, nesse ano destacaram-se as exportações das agroindústrias, onde a venda de frangos ao mercado externo teve um incremento de 54% em relação ao ano anterior e as exportações de carnes suínas tiveram um aumento de 63,28% em relação a 2000. Destacou-se também o setor madeireiro, que teve um aumento de 19,2% de

madeiras de coníferas e um aumento de 10,72% das exportações de caixilhos, alizares e soleiras. Quanto ao destino das exportações, houve significativo crescimento para Europa e Oriente Médio - grande consumidor de carnes de frango. No período de janeiro a abril de 2001 com relação ao primeiro quadrimestre de 2000, destaca-se o aumento das exportações catarinenses à França, Alemanha, Arábia Saudita e Rússia.

No ano de 2003 foi observado que os Estados Unidos continuaram a liderar o *ranking* dos países importadores, desde 2000, com 27,5% do total exportado. Em segundo a Alemanha, com 5,8%. As exportações de Santa Catarina para o mercado argentino apresentaram incremento de 103% em 2003, comparativamente a 2002, num total de 5% das exportações totais. O aumento das vendas para o mercado europeu, foi resultado principalmente da valorização do Euro frente ao Dólar. Em 2003, as exportações catarinenses para o bloco europeu, tiveram um incremento de 22% em comparação a 2002, contra um incremento de 7% para os Estados Unidos, no mesmo período analisado. No âmbito das exportações brasileiras, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre os principais parceiros comerciais do Brasil em 2003, os Estados Unidos foram os que apresentaram menor taxa de crescimento na absorção das exportações brasileiras (cerca de 8,8%). Já as vendas brasileiras para União Européia cresceram 19,8%.

Vários setores do segmento exportador catarinense apresentaram incremento nas exportações advindo da conquista de novos mercados em 2004. Houve uma maior inserção do segmento exportador no cenário internacional. O continente asiático liderou o ranking dos novos mercados, seguido pelo Oriente Médio e pela África do Sul. O Leste Europeu e os Estados Unidos, ambos com 11% ficaram com a terceira posição, na lista dos novos mercados de destino das exportações de Santa Catarina em 2004. Desta forma, percebe-se a inserção das empresas exportadoras catarinenses, tanto em mercados desenvolvidos como em mercados em desenvolvimento. Acredita-se que os países que vem apresentando um ritmo de crescimento como a China e Índia oferecem oportunidades para determinada gama de produtos brasileiros.

Em 2005 foi observada a perda da participação catarinense como país exportador para os principais destinos do estado. Isso se deveu principalmente com a valorização do Real perante o dólar impossibilitando a concorrência com produtos asiáticos, inclusive no mercado interno brasileiro. Devido a forte atuação de países asiáticos no cenário internacional, em especial a China, as empresas catarinenses deixaram de exportar para importantes países

como: Estados Unidos, Canadá, países da União Européia, México, Oriente Médio e inclusive para países do Mercosul, entre eles a Argentina e Paraguai.

Avaliando isoladamente o ano de 2005, o crescimento do superávit catarinense com o exterior é de apenas 1,6%, índice bem inferior ao nacional, que foi de 33%. A diferença desse comportamento é explicada pelo perfil da pauta dos produtos embarcados. O desempenho nacional é bastante beneficiado pela alta nos preços internacionais de commodities agrícolas e minerais.

Tabela 05: Balança Comercial Catarinense (US\$ mil FOB)

Período	Exportações	Importações	Saldo
1995	2.652.025	1.198.541	1.453.484
1996	2.637.308	1.232.083	1.405.225
1997	2.805.719	1.406.807	1.398.912
1998	2.605.306	1.270.243	1.335.063
1999	2.567.364	883.448	1.683.916
2000	2.711.703	957.117	1.754.586
2001	3.028.399	860.372	2.167.982
2002	3.157.065	931.554	2.225.511
2003	3.695.786	993.641	2.702.145
2004	4.853.506	1.508.986	3.344.520
2005	5.584.125	2.186.455	3.397.670

Fonte: elaboração própria com base nos dados do MDIC/Secex

Este fator contribuiu para a queda do estado catarinense no ranking dos maiores exportadores. O estado do Espírito Santo foi beneficiado por ser grande exportador de minério de ferro conjuntamente com a vantagem de obter dois grandes portos. O estado da Bahia teve um aumento de 41% das exportações de produtos manufaturados enquanto Santa Catarina obteve um aumento inferior de 11,4%.

Em função disso o estado perdeu participação no valor das exportações brasileiras, caindo da sexta posição, que ocupava desde 2002, para a oitava, pior colocação desde 1991. Em 2005 Santa Catarina foi responsável por 4,72% do valor dos embarques brasileiros, que totalizaram US\$ 118,3 bilhões.

Tabela 06: Principais estados exportadores do Brasil em 2002

Estado	2002 US\$ FOB	Part.%
São Paulo	20.105.997.797	33,31
Rio Grande do Sul	6.375.445.708	10,56
Minas Gerais	6.348.898.411	10,52
Paraná	5.700.199.375	9,44
Rio de Janeiro	3.655.834.597	6,06
Santa Catarina	3.157.065.225	5,23
Outros	15.018.344.431	24,88
Total Brasil	60.361.785.544	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

Tabela 07: Principais estados exportadores do Brasil em 2005

Estado	2005 US\$ FOB	Part.%
São Paulo	38.007.692.592	32,13
Minas Gerais	13.500.769.405	11,41
Rio Grande do Sul	10.453.684.362	8,84
Paraná	10.022.668.933	8,47
Rio de Janeiro	8.191.295.242	6,92
Bahia	5.987.743.569	5,06
Espírito Santo	5.591.454.202	4,73
Santa Catarina	5.584.124.544	4,72
Pará	4.807.637.832	4,06
Mato Grosso	4.151.610.987	3,51
Amazonas	2.143.978.990	1,81
Outros	9.865.608.819	8,34
Total Brasil	118.308.269.477	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

A seguir, o gráfico 5 ilustra a participação do estado catarinense nas exportações brasileiras:

Gráfico 05: Principais estados exportadores do Brasil em 2002 / 2005

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

A pauta de exportação catarinense apresenta maior participação de produtos industrializados. A exportação dos produtos industrializados superam as exportações dos produtos básicos.

[...] a década de 90 veio testemunhar o crescimento das exportações dos setores de máquinas e aparelhos, animais vivos e produtos do reino animal, assim como madeira, cortiça e suas obras, que em 1999 exportaram mais que os setores tradicionais citados. O setor têxtil retraiu-se, principalmente após a abertura da economia aos produtos importados e à valorização cambial, que passou a encarecer o produto catarinense em um período de adaptação da indústria têxtil a novas exigências tecnológicas. A redução do poder aquisitivo da população brasileira acarretou no distanciamento das estratégias adotadas pelas empresas têxteis do Brasil em relação aos líderes internacionais. A saturação do consumo nos países desenvolvidos e a invasão de produtos têxteis provenientes de países em desenvolvimento modificou as características da concorrência e exigiu das empresas maior flexibilidade para se adaptar às alterações do mercado, bem como a introdução constante de novos produtos que incorporam estilo, moda e design. Entretanto, a partir de 1999, com a desvalorização cambial, o setor tomou fôlego, e chegou a 2000 como um dos setores de maior crescimento econômico, recuperando o superávit comercial perdido desde o início da década de 90. Produtos alimentícios, fumos e bebidas também diminuíram sua participação, principalmente devido à menor exportação de fumo [...]. O setor moveleiro mereceu destaque nas exportações nos últimos anos. São Bento do Sul, cidade catarinense que constitui em um dos principais pólos moveleiros do país, também é responsável por grande parte das exportações brasileiras de móveis de madeira. Vale citar que Santa Catarina, juntamente com São Paulo e Rio Grande do Sul, representa mais de 60% do valor adicionado total e cerca de 40% do emprego total da produção de móveis no Brasil. (FIESC, 2001, p.31)

Durante os anos de análise de exportação dos principais produtos, o motocompressor se mantém em primeiro no *ranking*. No ano de 2000, este produto aparece em destaque e na seqüência os produtos agroindustriais, têxteis, cerâmicos, móveis de madeira e papel. Os principais produtos exportados apresentam o maior volume da exportação total.

Nos últimos quatro anos, os produtos cerâmicos e de madeira ganharam representatividade em relação ao total exportado, enquanto os motocompressores e os produtos agroindustriais e têxteis dividiam os quatro primeiros lugares no ranking dos principais produtos de exportação de Santa Catarina. Destaque deve ser dado à exportação de fumo, que vem retraindo suas exportações nos últimos anos. Enquanto em 1996 era o sexto principal produto de exportação do Estado, passou em 2000 para a décima quarta posição, retraindo sua exportação de cerca de US\$ 111 milhões para US\$ 60 milhões. Os bagaços e resíduos de óleo de soja também perderam espaço no total das exportações catarinenses. (FIESC, 2001, p.31)

Tabela 08: Exportações Catarinenses por capítulos da NCM (principais) em US\$ FOB

Produtos (NCM)	US\$ FOB			
	1995	1998	2003	2005
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	440.487.128	492.346.886	817.697.164	1.503.795.244
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	403.881.971	451.398.142	607.656.747	795.476.628
44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeiras	202.760.236	224.039.068	401.395.708	566.665.736
63 - Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	187.252.555	153.310.114	175.130.195	189.003.071
23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	182.987.470	116.504.954		
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	173.617.659	167.537.310	340.126.772	449.475.583
48 - Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	125.869.295	82.250.084	137.791.076	176.431.271
69 - Produtos cerâmicos	118.009.193	129.705.017	159.532.311	225.996.560
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	116.055.029	127.255.039	88.231.650	213.366.248
15 - Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	100.956.836		122.190.860	
85 - Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	98.353.604	145.097.121	215.760.203	380.348.564
87 - Veículos automóveis, tratores, etc. Suas partes/acessórios		81.449.088		151.651.746
61 - Vestuário e seus acessórios, de malha			84.889.720	
16 - Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.				206.342.039

Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIESC

Entre os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina houve uma substituição em 2005: saíram os refrigeradores e entrou o fumo. O valor do embarque do novo produto na lista dos dez principais totalizou em 2005 US\$ 209 milhões, com crescimento de 62% em relação aos US\$ 128,9 milhões de 2004, segundo dados do Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. O frango segue liderando com folga a lista dos produtos mais exportados pelo estado (US\$ 950,7 milhões) e o suíno superou as vendas de móveis, passando a ocupar a segunda colocação, com US\$ 490,8 milhões. Em função da alta das vendas de carne suína, a Rússia, segundo destino das exportações do estado, registrou o maior crescimento entre os principais compradores internacionais de produtos catarinenses. O total chegou a US\$ 541,1 milhões, com elevação de 91,7% sobre os US\$ 282,3 milhões de 2004. Os Estados Unidos seguem no topo da lista dos principais destinos, sendo o único com compras superiores a US\$ 1 bilhão (US\$ 1,356 bilhão). Contudo, registrou o menor crescimento entre os cinco principais compradores de produtos catarinenses (3,95%). Cresceram percentualmente mais a Argentina (19,75%), o Japão (23,89%), o Reino Unido (18,20%) e até a África do Sul (21,21%), que em 2005 passou a integrar a lista dos dez maiores compradores de produtos de Santa Catarina.

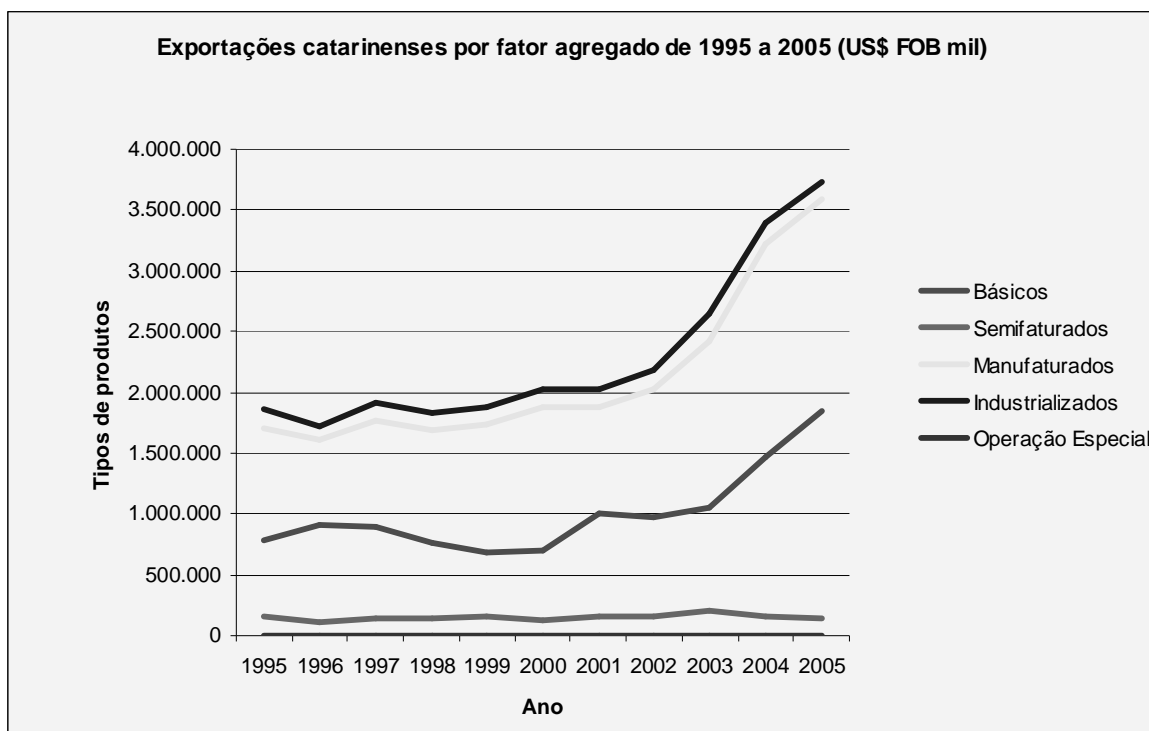
Analisando as exportações catarinenses por fator agregado, observa-se uma tendência de crescimento dos produtos básicos e industrializados. Santa Catarina também apresentou crescimento nas exportações de produtos básicos pela alta dos preços das *commodities*. Os valores expressivos são resultado das exportações de produtos industrializados, onde a pauta de exportação é mais focada. Mesmo com a crises internacionais, que afetaram o setor exportador do país, principalmente com a crise Argentina, as exportações catarinenses de produtos industrializados obtiveram uma alta em 2005 de 98,34% em relação ao ano de 1999.

Tabela 09: Exportações catarinenses por fator agregado 1995-2005 (US\$ FOB mil).

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Industrializados	Operação Especial	Total
1995	787.471	157.943	1.705.997	1.863.940	614	2.652.025
1996	913.570	117.946	1.604.945	1.722.891	847	2.637.308
1997	888.771	141.070	1.775.379	1.916.449	498	2.805.718
1998	771.546	141.994	1.691.236	1.833.230	530	2.605.306
1999	682.520	153.668	1.730.267	1.883.935	909	2.567.364
2000	694.670	133.825	1.882.616	2.016.441	592	2.711.703
2001	1.002.312	151.782	1.873.590	2.025.372	714	3.028.398
2002	970.019	156.079	2.030.166	2.186.245	801	3.157.065
2003	1.052.273	214.227	2.428.225	2.642.452	1.031	3.695.756
2004	1.462.616	166.112	3.223.469	3.389.581	1.309	4.853.506
2005	1.845.461	145.749	3.590.836	3.736.585	2.079	5.584.125

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

O gráfico 6 a seguir mostra a evolução das exportações de Santa Catarina por fator agregado:

Gráfico 06: Exportações catarinenses por fator agregado de 1995 a 2005

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FIESC.

Dentre os principais destinos das exportações catarinenses, destaca-se o Mercosul.

A exportação catarinense para o Mercosul, Chile e Bolívia concentra-se nos principais produtos da pauta exportadora do Estado. Destaque deve ser feito em relação ao preço praticado no ano de 1999. A maioria dos produtos exportados por Santa Catarina apresentou preço médio inferior ao ano de 1998. Esta queda foi proporcionada pela desvalorização cambial de janeiro de 1999 e fez com que as exportações, analisadas em US\$ FOB, tenham apresentado queda, mas em termos quantitativos, tenham aumentado, o que justifica as pressões Argentinas sobre o comércio brasileiro. (FIESC, 2001, p.44).

A análise comenta a questão da Argentina:

A partir de 1999, a Argentina passou a ter dificuldade de exportar para o Brasil (apesar de ter apresentado aumento das exportações, a política cambial brasileira não favoreceu este aumento) e passou a apresentar barreiras comerciais aos produtos brasileiros, como o caso do frango, que afetou diretamente as exportações catarinenses. (FIESC, 2001, p.38).

O estado catarinense possui uma balança superavitária com o Mercosul. No ano de 2000 as exportações retomaram o crescimento, refletindo a desvalorização cambial ocorrida no início do ano de 1999.

A Argentina é o principal comprador dos produtos catarinenses. No ano de 2005 foram destacados os produtos mais exportados. Os refrigeradores e congeladores, o papel cartão kraftliner, carrocerias para veículos, motores elétricos e cerâmica são os produtos mais vendidos.

Tabela 10: Exportações catarinenses por blocos econômicos entre 1995-2005 (US\$ FOB)

Período	Nafta	União Européia	Mercosul	Ásia	Demais Países
1995	522.257.912	885.076.196	315.507.456	250.760.478	678.422.835
1996	457.926.085	906.879.161	377.859.768	295.443.909	599.198.909
1997	556.426.559	802.724.567	487.274.427	279.835.996	679.456.411
1998	616.997.917	732.009.893	448.645.019	112.485.330	691.589.159
1999	718.203.443	677.534.564	375.840.484	106.272.789	689.513.129
2000	769.760.301	727.544.103	417.102.332	93.731.425	703.564.713
2001	826.288.590	813.440.988	365.986.520	90.832.999	931.849.559
2002	1.093.757.040	801.194.279	157.386.313	102.707.465	1.002.020.128
2003	1.169.323.597	974.086.295	257.355.154	135.291.214	1.159.730.168
2004	1.504.468.464	1.276.276.639	364.772.183	151.669.185	1.556.319.959
2005	1.584.115.501	1.320.608.001	432.580.869	159.450.030	2.087.370.143

Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIESC.

Já em relação à União Européia, o estudo segue:

Em 1999, as exportações catarinenses para a União Européia totalizaram US\$ 677.534.564,00. Assim como ocorre para o Brasil, Santa Catarina apresentou queda nas suas relações comerciais com a União Européia, seguida de uma recuperação em 2000. O ano de 1999, comparativamente a 1998, representou uma queda em US\$ FOB de 8%. A queda de 1999 foi estimulada pela retração das compras da Alemanha, principal importado europeu de Santa Catarina. Só a Alemanha é responsável por 28% das exportações catarinenses para este Bloco. (FIESC, 2001, p.47).

Os principais produtos exportados pela União Européia são: alimentícios, móveis de madeira, fumos e produtos têxteis. O estado de Santa Catarina importa da União Européia bens de capital, principalmente da Alemanha.

Com a desvalorização cambial após 1999, as exportações catarinenses ganharam maior competitividade, já que os preços dos produtos exportados à União Européia tornaram-

se mais baratos. De acordo com a FIESC (2001, p.48), “As exportações catarinenses para a União Européia só não foram mais expressivas devido à desvalorização do Euro que se intensificou em 2000, o que privilegiou o intercâmbio intra-bloco europeu, encarecendo novamente as exportações do Estado”.

O Bloco do Nafta vem se apresentando como o maior consumidor dos produtos catarinenses desde o ano 2000.

No ano de 2000, as exportações catarinenses para o Nafta totalizaram US\$ 769.760.301,00 e apresentaram um crescimento em relação a 1999, ano em que somaram US\$ 718.203.443,00 e 1998 quando o estado exportou US\$ 617.057.793,00. O comportamento deste mercado foi atípico em 1999, já que neste ano, as exportações caíram para a maioria dos mercados. Em 2000, o mercado norte-americano ainda não estava apresentando sinais fortes de declínio econômico, ainda havia dúvidas quando a magnitude de aterrissagem desta economia. Dos países integrantes deste bloco econômico, os EUA constituem o principal mercado. Suas importações representam 90% do total deste mercado e cerca de 25% do total exportado por Santa Catarina. O Canadá representa um parceiro menor. (FIESC, 2001, p.49).

Os principais produtos importados por Santa Catarina são intermediários e insumos para a produção catarinense. Os principais exportados ao Nafta são: produtos cerâmicos, móveis de madeira, têxteis e motores.

Segue a análise da FIESC (2001, p.50), em relação ao bom desempenho de Santa Catarina em 1999: “O Estado também diminuiu o preço médio de exportação praticado no mercado do Nafta no ano de 1999, o que garantiu um aumento nas exportações dos principais produtos.”

A Ásia é também um bloco importante como importador dos produtos do Estado de Santa Catarina.

As exportações catarinenses para a Ásia também apresentaram crescimento durante a década de 90. Este processo só foi interrompido em 1997, período que marcou o início da crise econômica no leste asiático. No período de 1992 a 1996 as exportações catarinenses para esta região aumentaram aproximadamente 275%. Após esses anos, as exportações declinaram 30%, dada a desvalorização das moedas asiáticas, concomitante à valorização do real. Conjuntamente à desvalorização, estas economias desenvolveram uma recuperação da capacidade de produção e agressiva promoção comercial internacional, o que garantiu superávits em suas balanças comerciais, irrigando-as com recursos gerados no exterior e dificultando a atuação de países concorrentes, como é o caso do Brasil. (FIESC, 2001, p.52).

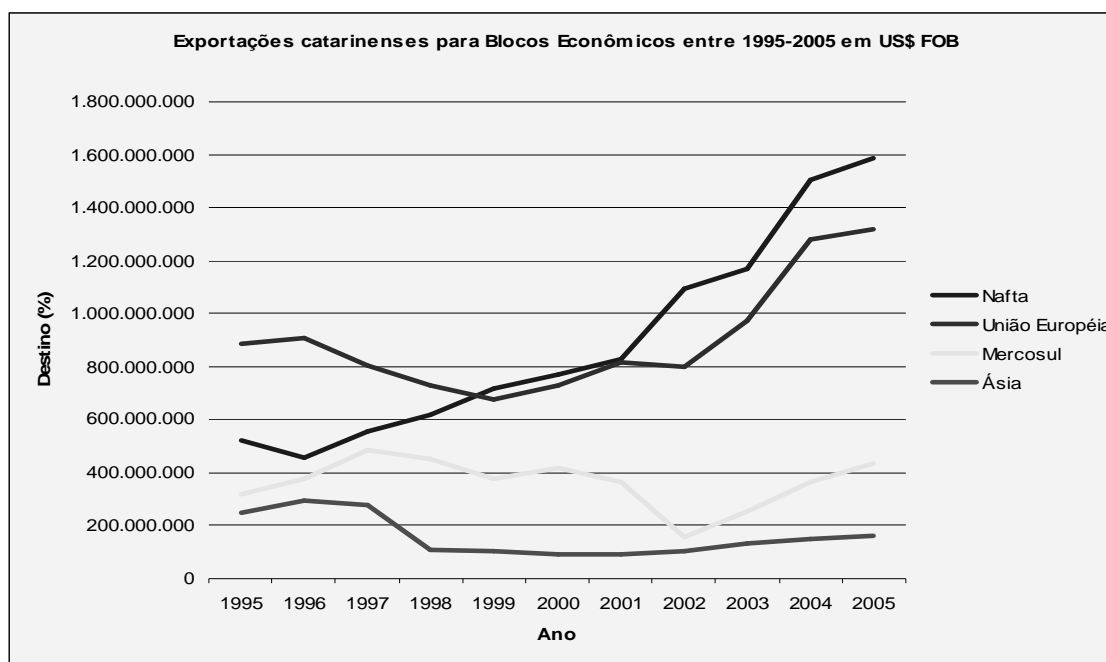
Os principais produtos importados por Santa Catarina são basicamente insumos para a indústria têxtil e bens de capitais. Os principais produtos exportados à Ásia são: carnes de frango e suínos, motores, papel e produtos de madeira.

Santa Catarina teve perda da participação do total exportado para a União Européia devido à alta concorrência dos produtos asiáticos.

A queda na participação da União Européia no total exportado por Santa Catarina acentuou-se a partir de 1997, o que indica que o Estado sentiu a concorrência dos produtos asiáticos e dos produtos do leste europeu, que neste ano, com suas modas desvalorizadas, tiveram seus produtos mais baratos no mercado europeu. FIESC (2001, p.54).

O gráfico abaixo mostra a trajetória das exportações do estado catarinense para os principais blocos econômicos:

Gráfico 07: Exportações catarinenses por blocos econômicos entre 1995 à 2005



Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIESC.

Dados da FIESC mostram que a Associação Latino-Americana de Integração vem aumentando sua participação no total das exportações catarinenses. No período entre os anos de 1992 e 1997 as importações catarinenses com origem em países da Aladi apresentaram um

incremento de 217%. Em 1998, iniciou-se uma retração que se prolongou no ano de 1999, e acarretou uma retração de 22% nas exportações catarinenses para este bloco, seguida de nova retomada em 2000.

Os principais produtos da pauta de exportação catarinense encontram-se presentes no mercado da Aladi. Destaca-se o papel, a cerâmica, os têxteis, carnes de suínos e frangos, motores, carrocerias para veículos e refrigeradores. Em relação ao preço, o comportamento apresentado nos outros mercados, repete-se aqui. Houve queda do preço médio praticado por Santa Catarina na Aladi. FIESC (2001, p.51).

A tabela a seguir mostra as 30 maiores empresas exportadoras de Santa Catarina em 2005, listadas respectivamente com a participação sobre o total exportado pelo estado:

Tabela 11: Principais empresas exportadoras de Santa Catarina em 2005

Posição	Empresas	2005	Part. % s/ total
1	Perdigão Agroindustrial S/A	430.694.591	7,71
2	Seara Alimentos	407.690.121	7,3
3	Sadia S/A	372.529.334	6,67
4	Empresa Brasileira de Compressores S/A Embraco	339.903.981	6,09
5	Weg Exportadora	306.020.648	5,48
6	Tupy Fundições Ltda	247.345.727	4,43
7	Souza Cruz S/A	160.856.942	2,88
8	Cooperativa Central Oeste Catarinense	155.637.565	2,79
9	Frigorífico Riosulense S/A	145.697.733	2,61
10	Klabin S/A	103.538.574	1,85
11	Multibras S/A Eletrodomésticos	98.720.212	1,77
12	Diplomata industrial e Comercial Ltda	67.972.169	1,22
13	Maximiliano Gaidzinski S/A Indústria de azulejos	63.975.827	1,15
14	Portobello S/A	62.182.646	1,11
15	Busscar Ônibus S/A	55.532.461	0,99
16	Agroavícola Veneto Ltda	54.900.654	0,98
17	Companhia de Tecidos Norte de Minas e Coteminas	45.508.924	0,81
18	Cecrisa Revestimentos Cerâmicos	44.919.378	0,8
19	Karsten S/A	41.276.828	0,74
20	Universal Leaf Tabacos Ltda	40.311.866	0,72
21	Compensados e Laminados Lavrasul S/A	37.594.066	0,67
22	Dohler S/A	35.831.021	0,64
23	Intercontinental Indústria de Móveis Ltda	33.886.666	0,61
24	Schulz S/A	32.927.869	0,59
25	Masisa Madeiras Ltda	32.076.995	0,57
26	Indústrias Artefama S/A	31.201.974	0,56
27	Macedo Koerich S/A	30.539.778	0,55
28	Zen S/A Indústria Metalúrgica	30.382.060	0,54
29	Buettner S/A Indústria e Comércio	30.290.053	0,54
30	Cia Hering	30.218.898	0,54

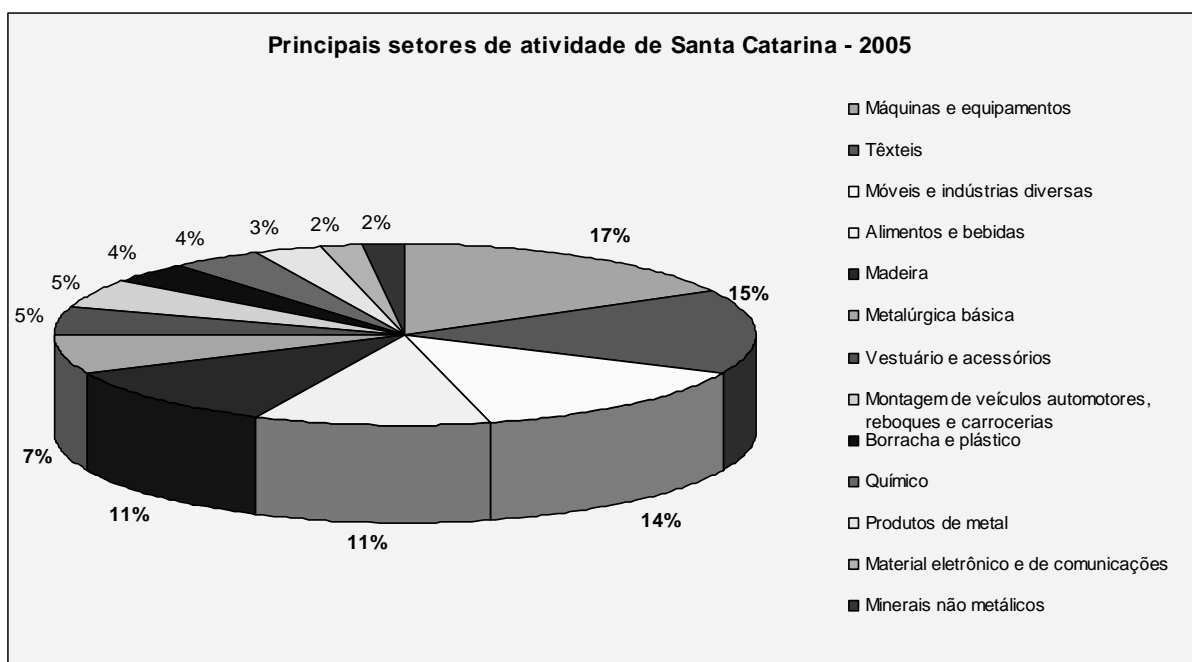
Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIESC.

As empresas com maior participação no total das exportações do estado encontram-se no setor de alimentos, como a Perdigão, Seara, Sadia, Cooperativa Central Oeste Catarinense e Frigorífico Riosulense com 7,71%, 7,30%, 6,67%, 2,79% e 2,61% respectivamente. Em seguida as empresas do setor metal mecânico, Embraco, Weg e Tupy com participações de 6,09%, 5,48% e 4,43%. No setor de fumo e cigarros encontra-se a Souza Cruz com 2,88% de participação do total exportado por Santa Catarina, assim como a Klabin, no setor de papel e celulose com 1,85%. Outras empresas de outros setores também tiveram

destaque, porém com participações menores, nos setores de eletroeletrônicos, cerâmica, têxtil e confecções, móveis e etc.

A economia catarinense possui uma base produtiva diversificada. Dentro dos setores de atuação, os que mais se destacam são o de máquinas e equipamentos, com a maior participação (17%), em seguida o setor têxtil (15%), móveis e indústrias diversas (14%), alimentos e bebidas (11%), madeira (11%), metalúrgica básica (7%) seguidos de outros com menores percentuais. O gráfico a seguir ilustra a participação dos principais setores de atividade da economia catarinense:

Gráfico 08: Principais setores de atividade de Santa Catarina



Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIESC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de analisar a evolução do comércio exterior de Santa Catarina após a década de 1990, este estudo analisou o cenário brasileiro em relação à abertura comercial e a estabilidade econômica após o Plano Real. Foi feito um breve histórico da ocupação e da formação econômica do estado de Santa Catarina, a fim de entender o desenvolvimento e a reestruturação das indústrias catarinenses. A partir daí discutiram-se os impactos na balança comercial brasileira e catarinense, assim como os principais destinos das exportações.

No início da década de 1990, ocorreu a abertura comercial no país como solução ao processo de substituição de importações que vinha se esgotando desde a década de 1980. Junto com a abertura comercial, baseado nas novas condições do comércio mundial (com a adoção das novas tecnologias), foi divulgada uma nova política industrial com o intuito de promover maior eficiência da produção e comercialização de bens e serviços através da modernização e reestruturação da indústria. As medidas adotadas foram: redução progressiva dos níveis de proteção tarifária; adoção de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica; exposição da indústria à competição internacional; capacitação tecnológica da empresa nacional, etc.

O objetivo do processo da abertura comercial era inserir o país no comércio mundial. No entanto com a abertura houve um grande aumento do volume das importações brasileiras e do estado catarinense. Nesta fase, foi possível importar novas máquinas e equipamentos para a reestruturação das indústrias.

Como medida de estabilização, o Plano Real adotou a âncora cambial para disciplinar os preços dos produtos transacionáveis, assim como a utilização do ingresso de capital estrangeiro para financiar o déficit público. Para enfrentar as ameaças inflacionárias o governo elevou substancialmente a taxa de juros e impôs restrições ao crédito.

A partir de 1994, a balança comercial tornou-se deficitária devido à taxa de câmbio apreciada e controlada, controle inflacionário e as condições que geraram o aumento das importações.

Diante das crises ocorridas entre 1994-1998, o Brasil passou a ter dificuldades de financiamento externo. Desta forma o governo altera o regime cambial em 1999 para controlar os ataques especulativos à moeda brasileira. A partir de 1999 foi permitido

que a taxa de câmbio flutuasse, e esta se estabilizou em um nível sensivelmente mais depreciado em relação à taxa no regime controlado, estabilizando o crescimento das importações.

Porém, a balança comercial fica deficitária até o ano 2000, quando também ocorre a crise na Argentina, país consumidor dos produtos brasileiros. A balança comercial retornou a trajetória superavitária a partir de 2001. Esta recuperação ocorreu pela desvalorização cambial, forte recuperação da Argentina, alta demanda chinesa e alta dos preços das *commodities*.

O estado de Santa Catarina sofreu efeitos diretos da abertura comercial. O grande aumento das importações e a política de estabilidade do Plano Real levaram a reestruturação das indústrias rumo à modernização tecnológica e organizacional.

A economia catarinense é dinamizada a partir de seis grandes complexos industriais: complexo agro-industrial da região oeste; complexo eletro-metal-mecânico da região nordeste; complexo têxtil da região do Vale do Itajaí; complexo madeireiro da região do planalto catarinense; complexo mineral da região sul e o complexo tecnológico do litoral.

As crises internacionais que prejudicaram as exportações brasileiras também tiveram impactos na economia catarinense, porém de forma diferenciada, em grande parte, isso se deve a capacidade do estado de diversificar e aumentar a abrangência geográfica do destino das exportações. Desta maneira, o estado vem se mantendo com destaque entre os maiores estados exportadores do Brasil, caindo apenas em 2005 para 8º posição.

A trajetória das exportações catarinenses foi observada no período pesquisado. Houve uma diminuição do valor exportado a partir de 1998 devido às crises asiáticas e a recessão da América Latina, voltando a crescer em 2000. Mesmo com esta queda, a balança comercial catarinense permaneceu superavitária, o que não ocorreu com o Brasil.

Em 2005 houve perda da participação das exportações de Santa Catarina para importantes países consumidores dos seus produtos. A valorização do Real frente ao Dólar impossibilitou a concorrência com os produtos asiáticos, em especial os produtos chineses, para mercados como: Estados Unidos, Canadá, países da União Européia, México, Oriente Médio e também para países do Mercosul, como a Argentina e Paraguai.

Santa Catarina está entre os maiores estados exportadores do país. A indústria possui uma maior participação nas exportações do estado, obtendo um total de 67%. Em 2005 suas vendas para o mercado internacional foram de US\$ 5,6 bilhões, 4,7% do total exportado pelo Brasil, o que lhe possibilitou a oitava posição em nível nacional e permitiu um saldo positivo de US\$ 3,4 bilhões na balança comercial.

Dentre os produtos mais exportados por Santa Catarina, em 2005, destacaram-se as carnes de frango e suína, fumo, máquinas, produtos têxteis, cerâmicos e etc. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2005 foram Estados Unidos (24%), Rússia (9,7%), Argentina (5,5%) e Japão (5,3%).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados. Disponível em http://brazilianfootwear.com.br/index.php?page=pesquisa_polos&est=2. Acesso em 25/04/2007.

ALICEWEB. Disponível em <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 15/04/2007.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e a economia global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996. 292p.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Banual96/banualc1.asp?idpai=boletim1996>. Acesso em 10/04/2007.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM1997>. Acesso em 10/04/2007.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM1998>. Acesso em 10/04/2007.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM1999>. Acesso em 10/04/2007.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2000>. Acesso em 10/04/2007.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2001>. Acesso em 10/04/2007.

BCB - Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2002>. Acesso em 10/04/2007.

BCB - Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003>. Acesso em 10/04/2007.

BCB - Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2004>. Acesso em 10/04/2007.

BCB - Banco Central do Brasil. Disponível em. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2005>. Acesso em 10/04/2007.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/exportacao/default.asp>. Acesso em 10/05/2007.

BOCCHI, João Ildebrando; BORGES, Maria Angélica; LACERDA, Antônio Corrêa; MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 304p.

Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 22/04/2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

CASTRO, Lavínia Barros; GIAMBIAGI, Fábio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 432p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CUNHA, Idaulo Jose. **A economia catarinense rumo a um novo século: uma proposta para retomada do desenvolvimento industrial**. Florianópolis: BADESC/BESC, 1999. 183p.

COMÉRCIO internacional catarinense: análise do comércio exterior de Santa Catarina. Florianópolis: FIESC, 2001. 62p.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina. Disponível em http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/agro_online.htm. Acesso em 23/04/2007.

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.cinsc.com.br/>. Acesso em 21/04/2007.

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.fiescnet.com.br/comercioglobal/anteriores/122.htm>. Acesso em 25/04/2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 207p.

GONÇALVES, Reinaldo. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998 392p.

GONCALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 237p.

GONCALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2000, 149p.

GONCALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 236p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em 25/04/2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp17.html>. Acesso em 20/04/2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acesso em 20/04/2007

KENEN, Peter B. **Economia internacional: Teoria e Política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 648p.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LINS, Hoyedo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 304p.

LINS, Hoyedo Nunes; MATTEI, Lauro. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI**. 2001. 65p.

MDIC/SECEX – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balComercial.php>. Acesso em 15/04/2007.

MDIC/SECEX – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/secex/departamentos/defComercial_histDefComercial.php. Acesso em 15/04/2007.

MERCADANTE, Aloízio. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. São Paulo: UNICAMP, 1998. 314p.

Ministério da Fazenda. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/>. Acesso em 27/05/2007.

Ministério da Fazenda. Disponível em <https://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>. Acesso em 27/05/2007.

MIRANDA, José Carlos. (2001). **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**. IPEA. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_829.pdf. Acesso em 14/04/2006.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286p. (Os economistas).

SANTA Catarina em dados. Florianópolis: FIESC, 2003, 156p.

SANTA Catarina em dados. Florianópolis: FIESC, 2004, 156p.

SANTA Catarina em dados. Florianópolis: FIESC, 2005, 156p.

SANTA Catarina em dados. Florianópolis: FIESC, 2006, 156p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3v.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Curitiba: Hemus, 2001. 515p. 2 v.

UNICAMP – Universidade de Campinas. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/setembro2004/clipping040914_gazetamercantil.html. Acesso em 26/04/2007.